(*Texto com revisão.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de setembro de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos de nossa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Esta audiência pública, realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 7, 16 e 17, de 2013, todos de autoria do Exmo Sr. Senador Anibal Diniz e aprovados em reunião desta Comissão, tem por objetivo debater a tecnologia de digitalização do sistema radiofônico brasileiro.

Temos, então, a honra de convidar para compor a Mesa o Sr. Octavio Penna Pieranti, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações e também Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Rádio Digital do Ministério das Comunicações, que tem por objetivo assessorar o Ministro de Estado das Comunicações na implantação do rádio digital no Brasil. (*Pausa*.)

Convidamos também o Sr. Bráulio Ribeiro, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). (*Pausa*.)

O Sr. · André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Sistemas de Comunicação da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel). (*Pausa*.)

A Srª Monique Cruvinel, Gerente de Tecnologia e Engenharia da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), que representa o Presidente da entidade, o Sr. Daniel Pimentel Slaviero, impossibilitado de comparecer.

Estamos aguardando a chegada do Sr. Pedro Martins, Representante Nacional da Associação Mundial das Rádios Comunitárias.

Mais uma vez a CCT traz importante tema a ser debatido relacionado às comunicações.

Alguns anos atrás, enfrentamos importantes discussões em torno da tevê digital no Brasil. E, mesmo com todas as definições estabelecidas, é fato que hoje ainda há alguns pontos em aberto e que vêm demandando ainda grandes discussões. Ainda existem dúvidas quanto à efetiva data em que haverá a substituição da tevê analógica pelo sistema digital e também quais medidas serão necessárias para que haja a sua popularização.

Estamos aqui nesta oportunidade para estabelecer uma discussão sobre o que se tem até agora em torno da digitalização do sistema de rádio. Sabemos que o Ministério das Comunicações vem realizando importantes discussões e estudos, a exemplo das reuniões e debates do Conselho Consultivo do Rádio Digital, mas não podemos encontrar entraves como aqueles que estamos experimentando agora nessa fase avançada da tevê digital.

Também é importante conhecermos as discussões relacionadas à escolha da tecnologia, especialmente o que acontecerá com os diversos sistemas – AM, OM e ondas curtas –, que permitem, de alguma forma, levar o rádio a todo o Território Nacional.

Temos capacidade de encontrar as soluções, e o Senado Federal, pela CCT, espera contribuir para o debate desse tema tão relevante para o nosso País. A proposição do Senador Anibal Diniz chega em importante hora.

Passaremos a palavra agora aos nossos expositores, na expectativa dos esclarecimentos e informações que irão nos apresentar.

Abriremos o bloco de exposição com os convidados, cada um dos quais terá o tempo inicial de 15 minutos.

Com a palavra o Sr. Octavio Penna Pieranti, representando o Ministério das Comunicações.

**O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI** – Bom dia a todos e a todas.

 Agradeço o convite do Senado Federal para esta audiência pública.

A nossa expectativa aqui é falar um pouco dos trabalhos que estão sendo conduzidos pelo Ministério das Comunicações, no âmbito do Conselho Consultivo do Rádio Digital, e apresentar o estágio desse debate até aqui no Brasil.

O Conselho Consultivo foi criado no segundo semestre de 2012, para fazer, como disse o Senador, o assessoramento do Ministro de Estado das Comunicações na implantação da rádio digital no Brasil. Ele é integrado por 19 Conselheiros e é absolutamente plural; tem representantes de entidades públicas, do Governo, do Poder Legislativo, da sociedade civil, do setor industrial e dos radiodifusores. As reuniões têm sido abertas e acompanhadas por todas as entidades interessadas, como Fitert, Intercom, ULEPICC, SET, Ginga, entre outras.

As reuniões têm sido conduzidas de forma totalmente aberta. O Ministério abre seu auditório, comparece todo aquele interessado, toda aquela interessada que queira participar. Os testes de rádio digital foram realizados a partir de junho de 2011, quando... Desculpem. Uma primeira bateria de testes foi realizada antes ainda, um ano antes, dois anos antes, e, em junho de 2011, o Ministério das Comunicações convocou os sistemas interessados a participar de uma nova bateria de testes. Dois sistemas se candidataram, DRM e HD Radio. Esses testes foram conduzidos por entidades públicas diversas em parceria com os dois sistemas. Então, participaram Ministério das Comunicações, Anatel, INMETRO e EBC. De 2010 a 2012, foram realizadas onze baterias de testes em sete emissoras, e todos os testes, à exceção de um, foram realizados com a perspectiva do “simulcast” em analógica e digital. O Ministério das Comunicações não tem falado, no curto prazo ou no médio prazo, no desligamento do rádio analógico. Essa opção não está colocada neste momento. O que o Ministério tem falado é que essa transição parte do pressuposto do “simulcast”, na transmissão simultânea analógica e digital enquanto durar essa fase.

Trouxe uma pequena lista de um grupo de testes realizados, não aquela lista exaustiva das 11 baterias, mas daqueles testes que avaliamos como passíveis de comparação porque realizados na mesma emissora. Então, um teste na CBN AM, em São Paulo, um teste na Universidade Federal de Minas Gerais, outro na Itatiaia e um numa rádio comunitária aqui de Recanto das Emas. Notem que esses testes foram realizados, em três dos quatro casos, com uma diferença significativa no tempo, de dois anos. Houve uma primeira bateria em 2010, uma segunda em 2012, o que dificulta um pouco a comparação, conforme procurarei mostrar na sequência.

Os relatórios dos testes foram sistematizados pelo INMETRO, consolidam as medições de campo realizadas, quando consideradas válidas tecnicamente, e foram disponibilizados no *site* do Ministério das Comunicações. Esses relatórios são de acesso aberto. O Ministério tem conduzido esse processo da forma mais transparente possível. Não é necessário qualquer tipo de inscrição para fazer o *download* desses relatórios, por exemplo. Qualquer interessado ou interessada pode entrar no *site* do Ministério e fazer o *download* desse material.

E aí parto para a comparação ou para um exercício de comparação dos testes, ou de dois testes realizados. Começo pelo cenário de radiodifusão comunitária. Para efeito de comparação, considerem essa área pintada no centro de cada figura como a área na qual o sinal chega com uma qualidade aceitável. Esse primeiro círculo, no caso de radiodifusão comunitária, é um círculo de 1km, esse segundo é um círculo de 2km. Notem que, no caso do sistema analógico, em uso hoje, o sinal chega de uma forma aceitável até pouco mais de 2km nessa emissora comunitária, aqui em Recanto das Emas, no Distrito Federal. O teste foi realizado com potência de 25W. No caso do teste realizado com o sistema DRM, o transmissor tinha uma potência de 5W, um quinto do previsto, e notem que o sinal já alcança uma distância menor de forma adequada, ele pouco ultrapassa a borda dos 2km.

No caso do sistema HD Radio, acreditamos que houve um erro na configuração desse equipamento. O equipamento chegou com uma potência de 0,25W. Notem que esse transmissor sequer cobriu aquela área de 1km. É uma cobertura bem inferior à cobertura analógica já percebida.

No caso da emissora comercial da Rádio Itatiaia FM, num primeiro momento, no teste realizado em 2010, essa era a recepção analógica. Esse último círculo é o círculo que marca 54km, então, notem que o sinal ainda chegava numa qualidade aceitável, tinha um alcance maior que 54km, em uma área considerável, nas cercanias da emissora.

Essa é a recepção realizada com o sistema digital DRM em 2010, utilizando um equipamento profissional de recepção, ou seja, aquele equipamento usado para testes, que não é o equipamento que qualquer ouvinte médio tem no Brasil. Então, notem que a cobertura já foi consideravelmente inferior. Notem também que a potência, no analógico, era de 19,9kg, e a potência, no digital, era de 500W.

Vou falar um pouco, depois, sobre as limitações de potência do digital, mas notem que a cobertura já foi consideravelmente inferior.

Se considerarmos o receptor comercial, o receptor que grande parte de nós tem em casa, a cobertura é bem inferior. Foi bem inferior no caso desse teste digital com o DRM.

Dois anos depois, a emissora Itatiaia voltou a sediar os testes, dessa vez para o sistema HD Radio.

Essa era a cobertura do sistema analógico, novamente ultrapassando a barreira dos 54km com folga, com margem.

Essa era a situação utilizando um equipamento profissional. Notem que a potência do transmissor era de 350W, do sistema HD Radio, e a cobertura já foi bem inferior. Notem que ela não chega, ela não ultrapassa o limite de 54km.

E essa é a situação com o equipamento comercial: uma cobertura ainda menor, consideravelmente menor à observada no sistema digital.

Algumas considerações sobre esses testes. Na maioria deles, durante o período de transmissão simultânea, a cobertura do digital foi consideravelmente inferior à cobertura do analógico. É verdade que a potência do digital também foi consideravelmente inferior. E por quê? Existe um limite, em uma situação de “simulcast*”* – “simulcast*”* na mesma faixa de frequência, transmissão simultânea na mesma faixa de frequência –, para a potência do rádio digital, para a potência do transmissor digital, de forma tal que ela não interfira na transmissão analógica. Essa potência costuma ser referida em 10%, costuma ser tratada como 10% da potência analógica. Temos dúvidas sobre isso. Vou falar sobre isso um pouco mais à frente.

Nas reuniões do Conselho Consultivo do Rádio Digital, tornou-se consenso, foi consenso entre todos os segmentos de radiodifusão, de rádios comunitárias a rádios comerciais, que o mínimo aceitável seria obter a mesma área de cobertura para ambos os sistemas, ainda que com “simulcast”, nessas condições colocadas.

Houve diferença também nas características técnicas entre os equipamentos enviados. Procurei ressaltar que ambos os sistemas tiveram liberdade para enviar os seus equipamentos transmissores e enviaram esses equipamentos com potências distintas, bem distintas em muitos casos. Além disso, como os testes levaram dois anos para ser realizados, as próprias emissoras que sediaram esses testes passaram por alterações técnicas que, de certa forma, condicionam o resultado observado ao longo desse trabalho.

O Conselho Consultivo do Rádio Digital aprovou, então, na sua última reunião, novos testes com parâmetros técnicos rigorosamente pré-definidos. Estamos buscando – falarei sobre isso adiante – realizar testes que aumentem a potência do transmissor digital até o ponto em que ela não gere interferência significativa sobre o transmissor analógico, ou seja, até o ponto em que o rádio digital não interfira, significativamente, no rádio analógico. Essa seria, a nosso ver – a nosso ver, pelo Conselho –, a melhor forma de verificar, exatamente, qual é o potencial desses sistemas na operação simultânea analógico-digital.

Falarei um pouco de cada um desses novos testes.

No novo teste em ondas médias, elaboramos como algumas das premissas: a existência de um transmissor em estado sólido, que evitaria a vinda de um novo transmissor, a importação de um transmissor de um desses dois sistemas ou dos dois sistemas, o que também barateia o teste a ser realizado; e a largura de banda da antena tem de ser adequada.

A emissora pré-selecionada para a realização desse teste é a Rádio Nacional Brasília, aqui em Brasília, uma emissora da EBC.

No novo teste de FM comercial ou FM educativa, FM de média e alta potência, como nós chamamos, as premissas das emissoras são: primeiro, ela dever ser localizada em um Município com espectro congestionado, e a nossa preferência é por São Paulo, por todos os desafios que o Município de São Paulo oferece, no que se refere a um teste desse porte; segundo, o transmissor também deve estar em estado sólido, na mesma perspectiva, pelos mesmos motivos já citados no caso de ondas médias; terceiro, pretendemos utilizar a mesma antena que é utilizada para a transmissão do sinal analógico, ou seja, realizar, com uma mesma antena, a transmissão analógica e digital.

Já checamos a viabilidade. A nossa equipe, lá no Ministério, checou a viabilidade de mais de dez emissoras na cidade de São Paulo. Quase todas elas foram descartadas porque não reuniam essas premissas ou porque não se interessaram em sediar os testes. Até agora estamos esperando, estamos analisando uma série de outras opções, mas esperando também indicações de emissoras que tenham interesse em sediar esse trabalho.

No caso de radiodifusão comunitária, as premissas adotadas foram um Município com geografia acidentada e uma emissora localizada cerca de quatro quilômetros de outra emissora comunitária que utilize o mesmo canal. Com isso, teremos como verificar uma situação de interferência, que é alvo constante de reclamação por parte das entidades que operam serviços de radiodifusão comunitária. Queremos ver como se comportam duas emissoras comunitárias digitais que estejam razoavelmente próximas.

Checamos a viabilidade técnica de mais de cem emissoras nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, que foram os primeiros que se candidataram a sediar esses testes. Da mesma forma, a imensa maioria foi descartada ou por não dispor de todas as premissas, por não reunir todas as premissas, ou pela falta de interesse das emissoras em sediar esses testes.

Além disso, pretendemos realizar um teste de laboratório em Brasília para simular determinadas situações e verificar interferências entre o sinal analógico e o sinal digital.

Algumas considerações finais. Os novos testes são fundamentais para garantir o caráter universal do rádio, tal como existe hoje, e para dar segurança a todas emissoras de radiodifusão. Aquele resultado que apresentamos em termos de cobertura certamente foi ruim para todos aqueles que acreditavam na digitalização imediata, porém, temos confiança de que esses sistemas funcionam e a questão é encontrar a melhor configuração possível para esse funcionamento, claro, considerando a realidade brasileira de espectro congestionado em grande parte ou numa parte significativa das regiões metropolitanas.

Além disso, ainda não foram encontradas emissoras que reúnam as premissas demandadas pelo Conselho Consultivo do Rádio Digital. Notamos também um desinteresse por parte de uma gama considerável de emissoras; esse é um aspecto a ser considerado. Pode haver neste momento, tendo em vista os testes realizados, uma diminuição do interesse. Essa é uma constatação possível. Ainda que não tenhamos certeza sobre ela, essa é uma percepção de algo que talvez exista. A observância dessas premissas é essencial para verificarmos o real potencial do rádio digital no Brasil.

E, por fim, em audiências públicas anteriores – Senador, realizamos audiências públicas em Santa Catarina, no Rio de Janeiro e em Campinas recentemente, nos Estados que pediram para sediar audiências públicas – notamos, de forma crescente, manifestações do público no sentido de demonstrarem uma falta de entendimento sobre a real oportunidade da digitalização do rádio. Ou seja, várias pessoas foram a público e disseram...

(*Soa a campainha*.)

**O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI** – ... que não entendiam o porquê da digitalização do rádio no Brasil. Isso fez acender uma luz amarela, certamente é uma deficiência do trabalho, acredito que até dos próprios dois sistemas. É fundamental que para a sociedade, que para todas aquelas entidades que executam o serviço de radiodifusão comunitária, as potencialidades ou as qualidades da digitalização do rádio no Brasil sejam inequívocas. Esse é um trabalho do sistema, mas é um trabalho de todos nós que lidamos com a radiodifusão no Brasil.

Mais uma vez agradeço o convite e fico à disposição para outros esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Anunciamos também a presença do Sr. Pedro Martins, representante da Amarc.

Agradecemos ao Sr. Octavio os importantes esclarecimentos.

Vamos passar, então, a palavra para o Sr. Bráulio Ribeiro, representante da EBC.

Com a palavra o Sr. Bráulio Ribeiro.

**O SR. BRÁULIO RIBEIRO** – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos os presentes, bom dia, Senador Walter Pinheiro, agradecemos o convite da Comissão para participar desta audiência. Vamos trazer aqui a posição da EBC sobre esse processo da digitalização que, de certa forma, reflete a posição do conjunto das rádios públicas representadas pela Arpub, que é a Associação das Rádios Públicas do Brasil. A EBC, junto com a Arpub, tem atuado de maneira bastante coordenada no Conselho Consultivo do Rádio Digital com vistas a defender, obviamente, os interesses e as posições desse campo da comunicação do setor de radiodifusão pública no rádio.

A nossa atuação no Conselho Consultivo tem se baseado fundamentalmente em três aspectos, três pontos.

O primeiro deles, que é a premissa de todos os demais, é a necessidade e a importância da digitalização do rádio no Brasil, haja vista a importância que esse veículo, que essa forma de comunicação tem para o povo brasileiro. Portanto, há a necessidade e a importância de que esse veículo também possa participar desse novo momento da digitalização, da convergência, do diálogo com as novas mídias.

O segundo aspecto que temos defendido no Conselho Consultivo é a necessidade da digitalização de todas as faixas de frequência da rádio – AM, FM e ondas curtas –, considerando que elas têm especificidades, dialogam com públicos distintos e têm um papel a cumprir no cenário da comunicação no Brasil.

Depois eu vou detalhar alguns aspectos sobre cada um desses três pontos fundamentais.

E o terceiro ponto que nós temos defendido no Conselho é a importância de que esse debate sobre a digitalização não seja uma discussão apenas do ponto de vista técnico, das questões técnicas ligadas aos padrões que hoje participam, vamos dizer assim, da disputa pelo modelo brasileiro, mas que seja fundamentalmente uma definição de um modelo de negócios e um modelo de serviço que atenda o radiodifusor comercial, o radiodifusor público e o radiodifusor comunitário brasileiro. Em última instância, o que nós queremos dizer é que seja um modelo de negócio, um modelo de serviço que atenda a sociedade brasileira. No entanto, só vai atender a sociedade na medida em que o radiodifusor comercial, o radiodifusor público e o radiodifusor comunitário se sentirem contemplados com a implantação desse sistema. Acho que isso inclusive dialoga com a parte final da intervenção do Octavio, quando ele coloca alguns questionamentos sobre o interesse do radiodifusor, de um modo geral – e em particular para alguns setores –, e o conhecimento da sociedade sobre esse cenário. De fato, o maior desafio nosso é a definição desse modelo de negócio, desse modelo de serviço. Acredito que a ausência dessa definição tem afastado, em grande medida, os radiodifusores e a sociedade desse debate.

Bom, sobre o aspecto primeiro, a premissa fundamental, como eu já adiantei, o rádio não é apenas mais um meio de comunicação no Brasil, complementar à televisão, à internet e às novas tecnologias. Em muitas situações, o rádio é o único meio de comunicação para uma parcela importante da população. Na medida em que a comunicação pública, a EBC e seus parceiros atuam nesse campo a partir do princípio de que a comunicação é um direito da sociedade e dos cidadãos, então nós não podemos pensar nessa comunicação apenas sob o ponto de vista da lógica comercial, ou seja, onde existe um modelo de negócio que se sustente há a comunicação.

Se a comunicação é um direito, ela tem que ser garantida independente das condições do modelo de negócio. Então, o rádio se presta muito a essa função da comunicação como um direito humano, como um direito da sociedade, porque é um meio barato para o ouvinte. O rádio é uma forma de comunicação barata, democrática, popular, que dialoga e leva informação a uma parcela da população que pode usar e usufruir dessa comunicação de maneira mais participativa e popular. Por exemplo – não estou falando especificamente da questão da necessidade da leitura, da interação com mecanismos muito sofisticados de comunicação –, no caso do rádio, basta ligar para ouvir e obter a informação. Então, o rádio é muito importante do ponto de vista do atendimento ao princípio do direito humano à comunicação, mas ele também é importante sob o ponto de vista da estratégia do Estado brasileiro. O rádio é um veículo de comunicação estratégico; é um veículo de comunicação que ultrapassa fronteiras; é um veículo de comunicação através do qual, a partir de um ponto, você atinge uma grande área de cobertura, com certa facilidade.

Em situações de catástrofes, o rádio é muitas vezes o único veículo que perdura e que permite a comunicação nessas situações.

Nas fronteiras brasileiras, nós temos uma rádio da EBC, que fica na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, lá em Tabatinga, que é a única rádio em português naquela região. Todas as demais rádios ali ou estão na Colômbia ou estão no Peru. Eu estive lá na semana passada, nós reunimos um grupo de cerca de 20 entidades da sociedade lá na região para conversar sobre a Rádio Nacional do Alto Solimões, e é impressionante como a Língua Portuguesa veiculada nessa rádio ganha contornos de estratégia de Estado naquela região. Porque, se não fosse a Rádio Nacional do Alto Solimões, aquela população só teria informação e comunicação em língua espanhola. O rádio tem essa característica também de ser um veículo de importância estratégica para as áreas de fronteira e também para outras situações, para o Estado brasileiro.

O segundo aspecto que temos apresentado com frequência lá no Conselho Consultivo é a necessidade da digitalização de todas as faixas de frequência. O FM é hoje, sem sombra de dúvida, a faixa de frequência com maior penetração na sociedade brasileira, mas por uma questão eminentemente técnica, porque a qualidade do áudio do FM, por ser a tecnologia mais nova das frequências de rádio, atrai o ouvinte. O AM, por conta de uma série de questões técnicas, de interferências cada vez maiores nas grandes cidades, tem sido difícil de ser recebido com qualidade nas cidades. Ainda é um veículo muito popular nos interiores, o AM ainda tem uma importância e uma penetração muito grande nos interiores, onde a interferência é menor. E as ondas curtas, a mais antiga de todas as tecnologias de rádio, têm realmente uma qualidade muito inferior ao AM e principalmente ao FM.

Então, na medida em que essas frequências vierem a ser digitalizadas, a qualidade das ondas curtas se torna igual à qualidade de uma FM. A qualidade de um AM se torna igual à qualidade de um FM. E o FM pode passar a ter um som de altíssima definição.

O papel que essas frequências cumpriram num determinado momento pode voltar a ser cumprido a partir da digitalização, com as ondas curtas e a sua propagação em grandes distâncias atuando como meio de comunicação para grandes áreas, principalmente para as áreas rurais, mas não apenas para os grandes interiores, para o Brasil, pensando na sua extensão territorial.

E o FM continua trabalhando com as populações fundamentalmente das grandes cidades, sendo um veículo que acompanha os ouvintes onde quer que eles estejam, no rádio, em casa. Como todos sabem, uma das particularidades do rádio é que ele pode ser consumido enquanto você faz outras coisas. Então, o rádio é realmente um companheiro do ouvinte em muitas situações.

Exatamente por acreditar na importância da digitalização de todas as faixas de frequência, a EBC tem-se colocado à disposição do Ministério para participar dos testes, especialmente nas ondas curtas e nas ondas médias. Nós estamos fazendo uma operação na EBC para garantir, nos próximos dias, um transmissor de ondas curtas preparado para a implantação dos sistemas digitais. No caso das ondas curtas, apenas do sistema DRM, que é o único sistema que digitaliza as ondas curtas. E também nas ondas médias estamos colocando a Rádio Nacional de Brasília, que opera na frequência de 980AM, para os testes em ondas médias digitais nos dois sistemas – DRM e HD Rádio, porque nós acreditamos verdadeiramente que essas frequências precisam e devem ser digitalizadas.

Acreditamos que em muito pouco tempo teremos condições técnicas de já iniciar os testes em ondas curtas. Obviamente, antes de iniciarmos em ondas curtas. Obviamente, antes de iniciar os testes, vamos submeter os padrões, as características dos testes à Câmara Técnica do Conselho Consultivo de Rádio Digital para, aí sim, podermos fazer um teste. A nossa preocupação fundamental é que o teste de ondas curtas seja válido do ponto de vista técnico para fins de validação no Conselho Consultivo de Rádio Digital. Essa é a nossa principal preocupação.

Por fim, e talvez eu diria o aspecto mais importante, a definição de um modelo de serviço e de um modelo de negócios para o rádio digital. Acredito que esses dois aspectos são os que irão definir de fato se o rádio no Brasil será digitalizado ou não, porque os radiodifusores comerciais, obviamente, têm no rádio um negócio, eles precisam ganhar dinheiro com isso, e o rádio digital ainda não mostrou qual é o seu modelo de negócio viável do ponto de vista econômico. Esse é o debate fundamental.

No caso dos radiodifusores públicos e dos radiodifusores comunitários, que não têm no rádio um negócio, o que importa para nós é um modelo de serviços, é como o rádio vai melhorar a vida das pessoas, o que isso vai impactar verdadeiramente na sociedade brasileira, na democracia brasileira, na educação das pessoas e tornar o rádio um serviço mais poderoso do que ele é hoje. Nessas duas discussões acredito que precisamos avançar, e acho que serão definidoras da decisão.

Nesse aspecto temos pontuado algumas premissas sobre o modelo de negócio e o modelo de serviço que nos parecem fundamentais. Uma delas é o desenvolvimento da indústria nacional de transmissores e de receptores. Sem a participação efetiva desses dois setores, a gente vai perder uma oportunidade histórica de impulsionar a indústria brasileira, não apenas quem faz conteúdo, mas os segmentos que dão suporte tecnológico a quem faz conteúdo a realmente participar dessa virada tecnológica. Para isso a gente precisa garantir que as indústrias brasileiras de transmissores e de receptores tenham acesso às tecnologias que estão sendo implantadas no Brasil. A gente realmente considera fundamental que os padrões que estão disputando o interesse da sociedade brasileira na digitalização deixem claro e garantam que as suas tecnologias serão acessíveis ao industrial brasileiro, seja ele da transmissão, seja ele da recepção.

E, de um modo geral, para concluir, que a adoção desse sistema digital permita a soberania do Estado brasileiro e dos atores brasileiros no cenário da digitalização. Não podemos digitalizar o rádio brasileiro para transformar o Brasil num país atrelado ou vinculado a uma empresa ou a uma indústria ou a quem quer que seja. O Brasil precisa ser autônomo na sua definição do padrão digital e no desenvolvimento do seu rádio digital. Isso tem muito a ver com política industrial, com modelo de serviços, com modelo de negócios.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Sr. Bráulio Ribeiro.

Em seguido, passo a palavra ao Sr. André Felipe Seixas Trindade, da Abratel.

Com a palavra o Sr. André Felipe.

**O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE** – Muito obrigado, Sr. Senador.

Primeiramente, antes de conversarmos sobre o rádio digital, é importante que possamos ter um pouco a noção do cenário brasileiro atual.

Comercialmente, exploramos bastante as rádios AM e as rádios FM. As rádios AM ocupam frequência na ordem de quilo-hertz e as rádios FM na ordem de mega-hertz.

Pelo fato de a frequência do AM ser um pouco mais baixo, nos permite ter uma área de cobertura muito melhor. Mas, devido a essa frequência também, temos alguns desafios adicionais que as rádios AM encontram. Primeiramente, elas têm um problema gravíssimo com a poluição espectral, que aumenta consideravelmente a interferência. Outro problema, principalmente nos grandes centros urbanos, é que a urbanização descontrolada alterou a condutividade dos solos, o que é primordial para a transmissão no AM.

Juntando esses dois fatores, nós vimos que a quantidade de ouvintes de rádios AM nos grandes centros urbanos despencou consideravelmente. Aqui no Distrito Federal, por exemplo, apenas 4% da população que ouve rádio estão sintonizados em uma emissora AM. No Rio e em São Paulo, esse número oscila entre 11% e 12%.

Outro problema é que o radiodifusor tem o custo muito elevado para a implantação de uma emissora AM. A estrutura de transmissão é muito mais complexa e isso acaba elevando os custos.

Alguns testes junto às nossas associadas foram feitos considerando um dos padrões, alguns testes de digitalização nessa mesma faixa. E chegamos à constatação de que há interferência da emissora na frequência adjacente, em um dos padrões. A frequência em transmissão AM é algo extremamente destrutivo. Posteriormente foram realizados novos testes.

De acordo com esse cenário de interferência nas emissoras AM, elas se questionam: há melhoria que justifique a digitalização ocupando essa mesma faixa? Levando em consideração que a digitalização pode ter um custo oscilante entre R$30 mil e R$250 mil, além de um aumento de consumo da ordem de 10% a 20% durante um período de transmissão simultânea do analógico e do digital, que a gente não tem a mínima ideia de quanto vai durar, já que aqui no Brasil não se fala sobre esse período de “simulcast” e nenhum outro país estipulou quanto tempo vai durar essa transmissão simultânea.

Uma pesquisa muito interessante, realizada pela Universidade de Brasília, fez o mapeamento das condições técnicas das emissoras de rádio no Brasil e sua adaptabilidade ao padrão de transmissão digital sonora. Esse relatório chegou à seguinte conclusão: 35% das emissoras do Brasil funcionam ainda com transmissor valvulado. Considerando esses 35% como 100%, a maioria se encontra nas rádios FM, cerca de 63%, e os outros 27% nas rádios A; 32% das emissoras possuem transmissor com mais de dez anos, sendo que 11,3% operam com transmissor com mais de vinte anos.

Com certeza esse um terço das emissoras terá que necessariamente trocar seu transmissor, para operar com transmissor mais adequado, em estado sólido.

Cinquenta e dois por cento das emissoras gostariam de trocar seus transmissores, sendo que, nesses 52%, 39% gostariam de trocar para se adaptar a qualquer padrão de rádio digital que venha a ser escolhido pelo Brasil e a grande maioria, também, devido à idade avançada de seus equipamentos, pois têm encontrado muita dificuldade para achar peças de reposição. E, o mais grave, 81% das emissoras pesquisadas, principalmente as emissoras dos pequenos e médios centros urbanos e as emissoras AM, não têm condições de fazer o investimento necessário para a digitalização. Um investimento que, segundo essa pesquisa, esse relatório da UnB, pode chegar à casa de US$150 mil.

Para o sucesso da digitalização é necessário o envolvimento de quatro atores: os radiodifusores; as emissoras AM, FM e ondas curtas; o Governo Federal, a partir do Ministério das Comunicações, que já está trabalhando arduamente aqui no Conselho; e a Anatel, que terá que fazer um novo plano básico para as emissoras OM e FM, principalmente em relação a algo que está acontecendo: a migração das emissoras AM para a faixa FM. Nas cidades onde não puder ocorrer essa migração, em que o espectro estiver saturado, a tendência é que se utilize a faixa FM estendida. Então se faz necessário que a Anatel trabalhe arduamente na construção de um novo plano básico para as emissoras FM, e a indústria de transmissores e receptores, principalmente. No caso de receptores, para que a população tenha uma variedade de receptores tanto para usar em seus veículos quanto nas suas residências, e principalmente a sociedade, porque não adianta digitalizar e a sociedade não realizar os investimentos necessários para a aquisição de equipamentos, para que a digitalização se torne viável.

O Conselho Consultivo de Rádio Digital é composto por três câmaras temáticas e o nosso objetivo é produzir uma recomendação ao Ministro das Comunicações em forma de um relatório final aprovado pela maioria dos membros, sugerindo qual seria o modelo de rádio digital mais adequado para o padrão brasileiro, para as necessidades brasileiras.

Atualmente, trabalhamos com três câmaras. Particularmente, faço parte da Câmara Técnica, que analisa os relatórios dos testes. Propusemos também novos parâmetros, físicos e lógicos, para os novos testes que serão feitos com as emissoras que o Octavio, em momento anterior, já disse. A Câmara de Política Industrial, que está responsável pela criação de uma política para os equipamentos de transmissão e recepção, de modo que possa ter uma solução efetivamente nacional; e uma Câmara de Inovação Tecnológica, já que a digitalização pode trazer outros serviços integrantes, outros aplicativos referentes a cada padrão.

Quais são as preocupações dos radiodifusores quanto à digitalização? A primeira e mais importante é a dificuldade de assegurar a mesma cobertura provida pelo sistema analógico nos padrões digitais.

Os estudos feitos, principalmente no caso dos testes realizados em Minas Gerais, mostraram áreas de sombras muito grandes e que podem prejudicar bastante a capacidade de faturamento das emissoras. Deverá haver uma política de estímulo à indústria nacional para a produção de receptores e transmissores. Também deverá haver uma linha de crédito, por meio de financiamento, políticas de isenções fiscais e subsídios para os radiodifusores, principalmente dos pequenos e médios centros urbanos e das rádios AM que não têm capital suficiente para prover essa digitalização, além de que os receptores deverão estar aptos a operar com a faixa de FM estendida, que é a faixa imediatamente inferior à faixa FM. A faixa FM é de 88 a 108MHz; a FM estendida é a faixa imediatamente inferior, de 76 a 88MHz, que irá prover mais canais FM com uma qualidade considerável nos grandes centros urbanos e nas cidades que assim necessitarem.

Outra preocupação é que o processo tem de ser extremamente delineado, pois se a digitalização não ocorrer de forma bem planejada poderá acarretar no desaparecimento de inúmeras rádios AM e FM, além das próprias rádios comunitárias.

Outro desafio é a popularização dos equipamentos receptores. Não basta apenas a indústria produzir receptores em uma gama muito considerável; se a população não tiver acesso à informação de que terá que comprar o receptor para ter melhor qualidade, a digitalização fracassará.

O padrão de rádio escolhido também deverá oferecer uma comutação entre o sinal analógico/digital e o digital/analógico. Por quê? Se, por exemplo, andando de carro, o sinal digital some, é importante, para dar continuidade ao serviço, que o rádio, que o próprio dispositivo possa identificar o sinal analógico, de modo que haja a continuidade e que a emissora não perca o seu ouvinte.

Além do mais, o padrão escolhido deve considerar a complexa situação do espectro da faixa FM, principalmente em cidades como São Paulo. No padrão HD Radio, por exemplo, nós solicitamos que o teste seja feito apenas considerando uma das bandas, de modo que possa assim ocorrer a digitalização de todas as emissoras na cidade de São Paulo. Se fôssemos considerar no padrão HD Radio como ele está atualmente, algumas emissoras não poderiam digitalizar, o espectro não permitiria.

É importante frisar que os resultados dos testes até o momento e a ausência da definição de uma política de como será feita a massificação, a universalização do rádio digital não dão segurança ao radiodifusor de apoiar a adoção de qualquer padrão de rádio digital.

Vários países já adotaram o rádio digital. Por exemplo, o padrão norte-americano HD Radio foi adotado pelos próprios Estados Unidos, pelo México, Indonésia, Ucrânia, Suíça e República Dominicana. O padrão europeu DRM foi adotado pela Índia como solução tanto em ondas curtas como em ondas médias; França, Austrália, China, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia.

O HD Radio pode operar tanto no AM como no FM, e o DRM atenderia uma solução também para a faixa de frequência de ondas curtas.

Algo interessante que os dois padrões oferecem é a possibilidade de multiprogramação, em especial na faixa FM. O padrão DRM permite a multiprogramação de até dois canais de áudio, mais um canal de dados, e o HD Radio permite até três canais de áudio com qualidade e mais um canal de dados.

Algumas considerações adicionais.

As duas tecnologias não responderam bem à situação de ruído urbano na faixa AM, o que nos impede de ter uma definição sobre qual padrão seria melhor para a rádio AM.

O setor de radiodifusão atualmente passa por uma incerteza, vive uma crise comercial e financeira. O investimento em publicidade tem decaído, principalmente nas rádios AM, como já disse.

E a ausência de uma política para os dois padrões que capte mais ouvintes acarreta um horizonte um pouco mais sombrio para o radiodifusor.

Para encerrar, na última reunião da Citel, que é a Comissão Interamericana de Telecomunicações, alguns países, como por exemplo o Equador, anunciaram que vão começar a fazer estudos e testes para escolher também um padrão de rádio digital.

Se o Brasil definir o padrão de rádio digital, poderá influenciar os demais países. Assim como houve o sucesso com a TV digital, que se mostrou um modelo de exportação que influenciou países da América Latina e da África, o Brasil pode ter a mesma sorte com relação ao rádio digital.

Para que isso seja viável, nós temos que encontrar um modelo de negócios que torne o rádio digital viável. Até o momento, o radiodifusor só vê custos; não vê a possibilidade de manutenção de receita e de conquista de novos ouvintes.

Diante dessas incertezas, o radiodifusor se sente um pouco com o pé atrás para apoiar a digitalização. Nossa esperança é que os próximos testes apresentem resultados satisfatórios com relação à área de cobertura, porque, sem cobertura, não há motivo para digitalizarmos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Sr. André.

Vamos ouvir agora a Srª Monique Cruvinel, da Abert.

Com a palavra, a Srª Monique Cruvinel.

**A SRª MONIQUE CRUVINEL BANDEIRA STRASSBURGER** –Obrigada, Senador.

Bom dia a todos. Em nome da Abert e do nosso Presidente, Dr. Daniel Slaviero, gostaria de estender meus cumprimentos a todos da Mesa e a todos os presentes.

Vamos falar um pouquinho sobre a questão do rádio digital na visão da Abert, especialmente na visão dos radiodifusores comerciais.

Como o Bráulio falou, existem muitas diferenças entre as necessidades e as expectativas dos radiodifusores comunitários, dos radiodifusores comerciais, educativos e públicos. Então é muito interessante termos a oportunidade de estar à mesa, discutindo sobre essa questão da digitalização, que é tão importante.

A Abert e a radiodifusão comercial na qual nós estamos inseridos foi fundada em 1962; hoje, nós representamos duas mil emissoras de rádio e mais de 200 emissoras de televisão.

Nós vamos falar hoje sobre quatro pontos principais: primeiro, nenhum dos padrões está pronto na nossa visão; é preciso discutir um modelo de negócios; é preciso definir uma política industrial positiva; e a migração do AM.

Para falar de tudo isso, precisamos recordar quais são os benefícios do rádio digital. Para falar sobre modelo de negócios e política industrial, nós temos que dizer o que essa nova tecnologia está trazendo para a mesa.

A primeira coisa de que todos sabem é que se trata da melhor qualidade do áudio que o rádio digital proporciona e pode proporcionar para o ouvinte.

A segunda questão é a multiprogramação, ou seja, no mesmo canal, uma emissora de radiodifusão poderia ter diversas programações. Então teria a programação principal e programações auxiliares que poderiam ter ou não relação com a programação principal. No *dial*, no dispositivo, como vocês podem ver na apresentação, existe um traço número dois, que seria a programação de áudio número dois da emissora. Então você poderia ter a programação principal, a programação número dois, a programação número três. Isso é um benefício que o rádio digital traz para a comunidade.

 Além disso, nós temos o canal de dados. Nesse canal de dados você pode obter informações adicionais à programação principal e também aplicativos diferenciados. Por exemplo, você tem um GPS, no caso do sistema HD Radio, em que você tem informação sobre o trânsito. Então, essa informação, em vez de você enviar via banda larga, ou seja, de uma torre para uma pessoa, que não é eficiente do ponto de vista do espectro de radiofrequência, passa para um tipo de transmissão altamente eficiente. Uma torre de radiodifusão será capaz de enviar informações do tráfego para todo mundo. No trânsito, ninguém vai tentar conectar a rede 3G: “Ai, meu Deus! Não pega rede 3G. Como vou saber como está o trânsito?”. A torre de radiodifusão vai enviar a informação para todos, de uma única vez.

Da mesma forma, podemos ter outros tipos de aplicações. Por exemplo, o jornal *on-line*, que o sistema DRM apresenta, com notícias e diversas informações adicionais. E nada impede que haja informações adicionais na programação, como os radiodifusores sempre pedem: que apareça a capa do CD, ou a escalação do time de futebol que está jogando. Todas essas informações adicionais são transmitidas via canal de dados, de uma forma altamente eficiente, benefício que o rádio digital traz para a radiodifusão.

Agora que já sabemos basicamente o que o rádio digital está trazendo, vamos falar sobre os quatro pontos que gostaríamos de trazer hoje para esta audiência.

O primeiro é a questão dos novos testes. A Abert acredita que, como o Dr. Octavio disse, a questão da área de cobertura das rádios é fundamental. É a única parte desse modelo de negócios – vamos falar mais na frente – que sabemos fazer hoje. Nós sabemos contabilizar a nossa área de cobertura, nós sabemos chegar aos ouvintes e sabemos nos comunicar com os ouvintes que estão nessa área de cobertura. Retirar a área de cobertura que as emissoras têm hoje é uma questão de sobrevivência. As emissoras veem isso como um problema muito grande, quase como uma afronta ao seu negócio. Como eu vou diminuir a minha área de cobertura se a única coisa que eu sei hoje, que estou fazendo e que posso levar para o mundo digital de forma transparente, em que eu não vou ter que pensar muito, já está pronta? A área de cobertura já está pronta.

Então, nós acreditamos que os novos testes podem trazer melhorias, com todos os parâmetros com que o Flávio, que está aqui presente, tem trabalhado incansavelmente a fim de conseguir que esses parâmetros estejam prontos para os novos testes, para que possam, sim, trazer benefícios e fazer com que o rádio digital realmente cubra a mesma área de cobertura que o rádio analógico. E nós estamos apoiando, fazendo pesquisas com os radiodifusores, justamente para saber se eles têm esses parâmetros. E os estamos enviando às rádios que demonstraram interesse, juntamente com os seus requisitos técnicos.

Sobre o modelo de negócios. Afinal de contas, de que estamos falando aqui? Estamos falando em transformar benefícios em monetização, transformar esses benefícios em negócio. É muito bonito falar sobre canal de dados. Eu acho que todo mundo aqui pensa: “Nossa, que interessante poder ter as informações do tráfego, as notícias, etc.”. Isso é muito interessante, mas como transformar em negócio? Existe uma questão: o que aprendemos com a televisão digital? O que aprendemos nesse tempo de digitalização? Que não é transparente, não é óbvio. Não é óbvio para a equipe da radiodifusão, a equipe técnica que está lá implementando a capacitação para que as pessoas possam produzir esse tipo de conteúdo. Ela depende de investimento, depende de uma série de outras coisas, não apenas do transmissor, não apenas de uma torre. Essa é uma discussão muito importante.

Como podemos operar essas mudanças? Como vamos fazer isso e pagar a conta? O Bráulio disse que queria falar uma coisa, mas esqueceu. Eu vou aproveitar e comentar aqui. Como podemos pagar essa conta? Como temos essa discussão aberta de linhas de financiamento e de investimento também em publicidade? Como é que a gente passa do modelo atual de investimento apenas em publicidade para outros tipos de negócios que podem trazer dinheiro para o setor, que podem fazer com que o setor cresça, com que o setor floresça e traga mais qualidade para o ouvinte, qualidade de áudio, qualidade de programação e de conteúdo?

Então, isso é muito importante.

E também, de forma paralela, a questão da política industrial, e uma política industrial positiva, que foi um pouco o que o Bráulio e o André comentaram. É importante que a área de transmissão e a área de recepção estejam plenamente abarcadas por esta discussão. É importante produzir transmissores no País, é importante produzir receptores no País, mas receptores com qualidade, receptores que tenham baixo custo, mas que tenham qualidade para que você possa, realmente, escutar sua rádio. “Ah, eu não estou ouvindo a minha rádio AM, ou a minha rádio em ondas curtas”. Às vezes, a rádio está chegando na sua localidade, mas seu receptor não tem qualidade. E, como o André comentou sobre a questão da urbanização, a questão de ruídos que têm afetado o rádio, agora, esses receptores precisam ser feitos com ainda mais qualidade.

Mas a questão principal também que nós vemos na Abert é a questão da convergência digital. Às vezes as pessoas falam do rádio como se fosse um setor à parte. Não, o rádio e a televisão estão intimamente ligados à convergência. A questão da distribuição de massa de conteúdo é extremamente importante para um mundo que está tão cheio de conteúdo, que precisa que o conteúdo chegue a mais pessoas, e mais rápido.

E alguns dispositivos muito importantes são os dispositivos pessoais, esses dispositivos que estão conosco, que estão presentes na nossa vida, durante o nosso dia: o nosso celular, o nosso *tablet*, nosso computador. Como é que nós fazemos com que o rádio chegue? Nós precisamos que esses dispositivos tenham integrados a eles o rádio. Quantos de nós aqui presentes têm um receptor de rádio no seu celular, para usá-lo se acontecer alguma emergência, como no caso de algumas regiões do País que sofrem muito com desastres naturais? Durante os desastres naturais, a radiodifusão é praticamente o único meio de informação, porque as redes de telecomunicação não são projetadas para aguentar a quantidade de tráfego que é necessária no caso de uma emergência. É a radiodifusão que está ali! É a radiodifusão que está ali no momento para lhe dar a informação de que você precisa, para saber para onde você vai. Quando há grandes eventos esportivos, esses grandes eventos que o Brasil está recebendo, é com o rádio, é com a televisão, mas especialmente com o rádio que se consegue dar essa vazão de informação para a população.

E é importante que isso esteja com cada pessoa. É importante que o cidadão, quando vai comprar um celular, tenha essa opção de comprar um celular que tenha rádio, que tenha televisão. Mas o rádio especialmente, porque o rádio gasta muito pouca bateria, quando se compara com *streaming*. Você traz qualidade para o ouvinte, você traz qualidade para o cidadão, que pode ter seu celular, escutar a informação de notícias, de esportes ou de entretenimento e, ainda assim, ter bateria e qualidade no seu aparelho para poder também acessar o *e-mail*, falar no celular, etc.

Por fim, quando se fala da rádio digital, sempre alguém pergunta sobre migração. Então, já nos antecipamos.

A questão da migração de rádios AM para a faixa de FM surgiu de uma necessidade: a necessidade de salvaguardar o que é mais importante no rádio, que é o conteúdo. Não é uma torre, não é um equipamento, não é um estúdio, é o conteúdo. O conteúdo das AMs é tão importante que, como o Bráulio falou, cada faixa acaba atendendo públicos diferenciados, mas acaba que se concentrou um tipo de informação, um tipo de conteúdo. E nós queremos salvar esse conteúdo, especialmente nos grandes centros. E, para salvaguardar esse conteúdo, nós percebemos que tínhamos várias opções, e uma delas era a digitalização. Só que, infelizmente, quanto ao processo de digitalização, nós ainda não temos uma solução de curto prazo, especialmente pelos problemas técnicos e de definição de políticas, de definição de modelos de negócios.

Então, nós vemos a opção da migração como uma solução imediata para resolver um problema; mas, de forma alguma, a migração para a digitalização. Com a migração não se quer dizer: “Ah, agora, a gente não quer mais a digitalização; agora a gente só quer a migração”. Não; porque nós sabemos, inclusive lá, na assessoria técnica da Abert, onde recebemos muitas ligações de radiodifusores dizendo: “Olha, eu não quero migrar!” E a gente diz: “Calma! Nem todo mundo vai migrar. São emissoras específicas”. É claro que nós acreditamos que é uma maioria das emissoras, mas uma maioria de emissoras que se encontra em situações técnicas específicas, que precisa de uma oportunidade para salvaguardar o seu negócio, para salvaguardar o seu conteúdo. Até porque envolve essa questão dos problemas com a faixa com a questão dos problemas com os receptores.

A gente vê que os receptores pessoais móveis não vêm mais com recepção de ondas médias, muito menos com recepção de ondas curtas. O último receptor celular para ondas médias foi feito em 2008, e nunca mais se teve um celular com rádio AM.

Então, como é que você fala para um empresário, no caso da radiodifusão comercial, que ele perdeu esse negócio no móvel? Não; a gente quer dar a oportunidade a eles de passar esse conteúdo, que é tão regional, até porque a rádio AM tem essa característica de ter um conteúdo local para a população daquela região.

Era isso. Se alguém tiver mais alguma dúvida, também ficamos à disposição.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT- MG) – Muito obrigado, Srª Monique.

Vamos passar a palavra, então, para encerrar este bloco, ao Sr. Pedro Martins, representante da Amarc.

**O SR. PEDRO MARTINS** – Bom dia!

Queria agradecer a oportunidade de estar aqui, neste espaço, passando as impressões da Amarc sobre esse processo de discussão do rádio digital.

Eu gostaria de começar colocando uma parte de um livro – e, inclusive, vou deixar um exemplar com o Presidente da Comissão – que trata dos 40 princípios da Amarc para a rádio e a TV comunitárias, a fim de garantir a pluralidade no serviço de radiodifusão e de televisão também. É sobre a digitalização do rádio e seus efeitos sobre a pluralidade.

Os Estados devem assegurar que a migração para as novas tecnologias de transmissão seja uma oportunidade para o incremento da pluralidade e da diversidade, e não para manter ou fortalecer a concentração de serviços de comunicação audiovisual.

Eu estou começando por esse ponto, porque, quando a gente fala de técnicas de digitalização, a gente abstrai um pouco que há um lado político colocado nessa questão. Há o lado histórico da conformação do sistema de comunicação brasileiro, da formação do sistema de comunicação brasileiro. E a gente já passou pela experiência de ter de optar por um padrão técnico – ou que parecia meramente técnico –, mas que, na verdade, eram escolhas por um modelo de comunicação que vem se perpetuando em nosso País.

Na perspectiva das rádios comunitárias, quando se fala na questão do alcance, como foi tratado aqui pela representante da Abert e pelo representante da Abratel, as rádios comunitárias já sofrem, hoje, com esse atual modelo analógico, uma restrição absurda de alcance e de potência que, em muitos países, nem se considera. Assim, a rádio comunitária brasileira é vista como uma rádio local, uma rádio de baixa potência. Em alguns países, seguindo padrões internacionais, a gente pode colocar como baixíssima potência, ou seja, não é nem de baixa potência.

A gente ainda tem o problema da criminalização dos radiodifusores de baixa potência sem legalização. O Brasil é um dos únicos países do mundo a criminalizar a radiodifusão, mesmo a de baixa potência. Tentou-se aprovar uma lei descriminalizando a radiodifusão até 100W de potência, mas ela não foi aprovada aqui, no Congresso Nacional. Ela foi aprovada em primeiro turno na Câmara, mas, depois, no segundo turno, não foi aprovada.

Então, é nesse sentido que a gente queria discutir. A gente passou, por exemplo, pela escolha do modelo de TV lá atrás, quando se escolheu entre UHF e VHF. A gente adotou um modelo VHF, que possibilitava sete canais de televisão, ao invés de um modelo UHF que possibilitaria 69 canais, por exemplo, uma pluralidade muito maior.

Então, é muito mais neste sentido que vem a fala da Associação Mundial de Rádios Comunitárias, no sentido de que a gente repense o modelo de comunicação que o Brasil adotou e vem adotando ao longo de sua história. A gente tem um modelo empresarial que concentra na mão de poucos uma grande parte do espectro tanto de radiodifusão quanto de televisão e que impede que grande parte da população tenha acesso a esse direito que a gente considera um direito humano à comunicação.

Acho que a discussão da escolha do padrão tecnológico foi muito bem colocada aqui pelos outros participantes da Mesa. Os testes, a digitalização, tudo isso é muito importante a gente fazer, pois representam um acúmulo de qualidade no rádio, a possibilidade de convergência, uma possibilidade de democratização ainda maior na comunicação se ela for bem utilizada, se for utilizada em todas as suas potencialidades, inclusive, garantindo maior acesso à população e que os ouvintes não sejam considerados meros receptores, mas que possam interagir com esse veículo de comunicação tão importante não só hoje, mas na história da comunicação no Brasil.

Então, mais ou menos nesse ponto, a Amarc vem fazendo parte do Conselho Consultivo do Rádio Digital, vem trazendo as questões para as rádios comunitárias. Inclusive, nos testes que foram feitos com algumas rádios comunitárias, houve muita dificuldade por conta da limitação de alcance das rádios comunitárias do raio de um quilômetro. Foi feito em 2,5W – podem me corrigir. Aconteceu muitas vezes o que o André Felipe relatou aqui, de ruídos urbanos atrapalharem – principalmente em locais urbanos, qualquer ruído urbano atrapalha. A gente tem a perspectiva de que isso possa ser corrigido e que se possa reabrir também um debate com relação à lei de rádios comunitárias no Brasil. Esse é um debate importante que se coloca para nós.

Nós passamos o ano de 2012 fazendo seminários em todas as Regiões do País, discutindo essa questão por uma nova lei de rádio comunitária. Inclusive, o Octavio pôde participar de alguns deles, e o Bráulio participou do seminário que a gente fez aqui em Brasília. Na verdade, o grande limitador que a gente tem hoje é uma lei que coloca as rádios comunitárias no lugar de serem poucas, pequenas e pobres até. A gente tem dificuldade na forma de sustentabilidade das rádios comunitárias, no alcance que elas podem ter, na diversidade que essas comunidades podem ter.

A gente fez um seminário agora em Belém para discutir com comunidades tradicionais de indígenas, de quilombolas. Essa limitação do alcance, da potência das rádios comunitárias inviabiliza que comunidades, por exemplo, da Amazônia possam ter uma rádio que alcance toda a sua comunidade, porque, por ser uma área totalmente diferente de centros urbanos como Rio e São Paulo, não há como um transmissor de 25W dar toda a abrangência àquela comunidade, o que muitas vezes seria um fator importante.

Então, a gente espera que nessa discussão do rádio digital também se contemplem esses princípios de democratização da comunicação, de um acesso maior à comunicação.

A gente vê uma precarização no sentido de um esvaziamento de vários setores até do Ministério das Comunicações que, ao longo dos últimos anos, perderam as suas delegacias regionais, que facilitavam o acesso, principalmente para essas rádios que não têm como se sustentar muitas vezes e têm dificuldades de vir tocar seu processo aqui em Brasília, têm dificuldades de acompanhar um processo. Há associadas da própria Amarc que têm processo no Ministério de pedido de outorga rolando há mais de 15 anos, desde 1998, como a Rádio Coité FM, de Conceição do Coité, no interior da Bahia. Essa rádio tem 15 anos, e a última notícia que nos chegou é a de que o processo teria sido perdido no Ministério das Comunicações. Então, é algo muito grave porque, na verdade, a discussão tecnológica, se não estiver baseada nesses princípios de democratização, de colocar a comunicação como um direito humano, de garantia de acesso, de descriminalização desses atores que são tão importantes em determinados momentos... Por exemplo, nas tragédias que aconteceram na serra do Rio de Janeiro, durante aquelas tempestades, a Rádio Comunitária de Nova Friburgo foi um dos principais veículos de comunicação que ajudaram a achar corpos, que ajudaram pessoas a acharem seus amigos. Foi um veículo de comunicação muito importante para aquela cidade no momento de tragédia. Então, a gente queria ressaltar um pouco isso.

Eu trouxe alguns pontos. Por exemplo, essa escolha do padrão digital brasileiro é um momento decisivo politicamente, porque a gente sabe a importância do Brasil, estrategicamente, no cenário mundial e, principalmente, na América Latina. Então, muito provavelmente, o modelo que a gente escolher, o modelo de digitalização que a gente escolher pode influenciar outros países da América Latina. Essa é uma questão importante para a gente debater de forma estratégica, de forma a incluir outros atores, inclusive para que a gente possa se integrar ainda mais com o nosso continente, porque o Brasil, muitas vezes, até pela própria questão linguística, se vê de forma um pouco mais isolada dos outros países da América Latina, mas tem um protagonismo nesse cenário.

A gente vê também em cenário da América Latina discussão de novas leis de comunicação, com avanços importantes no sentido de democratização, de regulamentação, inclusive garantindo reserva de espectro no sentido de divisão do espectro igualmente entre comercial, público e comunitário. Nessa perspectiva de garantir que todos esses atores possam, democraticamente, estar presentes no cenário do rádio, hoje, a gente tem uma lei, por exemplo, em que as rádios comunitárias estão relegadas a somente um canal, a uma frequência no espectro radiofônico, no espectro eletromagnético do rádio. Então, é uma lei muito limitadora e que não corresponde aos avanços que a gente vem tendo, inclusive no cenário internacional, no cenário de países vizinhos nossos, como a Argentina, que aprovou a sua lei de meios, e o Uruguai, que vem fazendo uma discussão também de uma lei mais democrática, colocando bastantes avanços, que poderíamos refletir, discutir para avançar. Eu acho que a gente discutir uma nova tecnologia é crucial para não cometer um erro e, novamente, adotar um modelo que seja concentrador e que exclua diversos atores desse meio de comunicação. Essa é uma questão que a gente gostaria de trazer.

Há questões que a gente gostaria de colocar com toda clareza. Nessa questão política de democratização, a gente vê, ultimamente, até pequenos avanços. O setor das rádios comunitárias vem dialogando com o Ministério, com o Governo para tentar conseguir isso. Houve um decreto – foi no início de 2012 ou 2011, Otávio, o decreto que ficou paralisado na Casa Civil? Foi no ano passado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PEDRO MARTINS** – Final de 2011. Ele regulamentava a questão do apoio cultural, a questão de sustentabilidade das rádios. A gente vê essa questão da descriminalização da radiodifusão de baixa potência. A própria última Portaria nº 197 dá um pequeno avanço na questão de não delimitar de forma mecânica esse raio de um quilômetro do alcance das rádios comunitárias, na questão de tentar dar alguma iniciativa, algum aceno com relação à sustentabilidade das rádios comunitárias, também na questão de apoio cultural, tanto público quanto privado. Tudo isso tem sido combatido por setores da radiodifusão brasileira, do empresariado da comunicação brasileira, que vêm brecando esses avanços da rádio comunitária.

Então, quando a gente vê o papel central das rádios comunitárias no Brasil, de diálogo, de fazer com que as pessoas possam expressar os conteúdos de suas comunidades, debater com a população mais próxima – é um princípio até de auto-organização daquela população –, vemos que são periodicamente combatidos por alguns setores da sociedade.

É nesse sentido que a gente vem trazer esta contribuição de que esse debate tecnológico tem de ser ampliado e não partir de uma perspectiva já concentradora da questão da comunicação, concentradora desses meios. Esse direito ao acesso à comunicação deve ser ampliado no Brasil, fazendo com que o nosso País inclusive siga os acordos internacionais assinados, como o Acordo de São José da Costa Rica, que dispõe que o Estado não poderia usar de meios que restringisse o acesso da população aos mais diversos meios de comunicação.

Acho que este é um momento importante para discutirmos a superação de um modelo que se comprova ser completamente excludente, ou seja, exclui os setores mais populares da nossa população. Neste ano, vemos realmente um debate, colocado inclusive nas ruas do Brasil, a discussão da necessidade dessa diversidade do acesso à informação, da possibilidade de se comunicar colocada claramente.

O modelo tecnológico a ser debatido deve garantir isso. Ele não deve ser somente um compromisso com o novo modelo de negócio, que também é algo a ser discutido e garantido num sistema democrático, mas também um modelo de serviço que as rádios comunitárias prestam, um modelo de integração da população, de diálogo e de liberdade de expressão. Estamos muito atrasados em relação a outros países, inclusive em nosso continente, pois não conseguimos sequer chegar a uma lei de meios como a que a Argentina aprovou e o Uruguai está discutindo, assim como outros países, e nós ainda criminalizamos esse tipo de comunicação.

Fica essa contribuição. Estamos sempre dispostos, tanto para a Comissão quanto para o Ministério e outros setores do Governo, do Parlamento também, a debater qualquer questão relacionada à comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrela. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Sr. Pedro Martins.

Encerrado este primeiro bloco, antes de ouvir os Srs. Senadores, vou passar a palavra ao Senador Anibal Diniz, autor do requerimento que permitiu a realização desta audiência pública.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Zeze Perrela, obrigado a todos os expositores que atenderam a este convite tão gentilmente e trouxeram uma contribuição de grande qualidade, para que pudéssemos pensar sobre esse assunto.

Antes de emitir algumas considerações, Sr. Presidente, levando em conta a juventude dos expositores e a longa experiência do nosso Senador Walter Pinheiro na área, gostaria também de ouvir o Senador Walter Pinheiro, para, depois, emitir algumas opiniões. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrela. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem. Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, quero primeiro dizer da oportunidade boa que provoca o Senador Anibal Diniz do ponto de vista da importância deste debate.

Por outro lado, assusta-me muito o fato de estarmos ficando velhos com relação a um debate que, na prática, ainda não começamos. Essa é a minha grande apreensão quanto a esse tema.

Fizemos esse debate principalmente sobre a questão da digitalização, nessa área de comunicação, da TV digital. Aí, eu começaria com uma grande apreensão, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de minha parte. Até fiquei pregando no deserto durante muito tempo sobre esta questão. Depois, dispus-me a correr a América Latina para ver se encontrávamos parceiros. Estive com o Ministro Hélio Costa no Chile e na Argentina, mesmo sendo contrário à decisão que o Governo brasileiro adotou em relação à TV digital, resistindo até a última hora, porque eu acho que este é um dos aspectos importantes.

Não adianta discutir mercado, industrialização, se eu não tiver inclusive escala nessa área ou, então, vamos ter problemas. Se na TV tivemos problemas, imaginem na rádio comunitária, para adquirir equipamentos, para ela poder adotar o seu funcionamento nesse novo cenário agora digital! Então, portanto, são parâmetros inclusive, diria, fundamentais para esse pressuposto da chamada universalização, ou até da democratização dos meios. Acho que essa é a questão central disso, porque, senão, vamos conviver de novo com um processo de concentração.

Dizia ao Senador Anibal Diniz que muito mais importante do que ficar naquela ladainha de que devemos produzir marco regulatório, marco regulatório, marco regulatório, é adotarmos medidas que, inclusive, adentrem essa seara e, de uma vez por todas, permitam essas questões da inclusão e da utilização dessa ferramenta, a interatividade, a otimização do espectro, esse modelo de negócio, a eficiência no uso do espectro – acho que esse negócio é fundamental. Recentemente, se não me falha a memória, a Abert chegou a sugerir ao Governo a utilização de dois canais de TVs para que se utilize isso para rádio.

Portanto, esse debate não pode ser feito a partir do caminho inverso. Eu vou lá e digo que há dois padrões que estamos testando. Temos até mais dois no mundo. O próprio japonês tem – o Brasil adotou aqui o mesmo sistema – um modelo para rádio também. E há os sistemas via satélite.

Nós demoramos muito nesse negócio do debate, por exemplo, da questão da TV digital para absorver um dos padrões mais importantes do mundo, e ninguém fala disso. Eu já fiz essa cobrança diversas vezes, inclusive ao Governo, de forma muito, até diria, pitoresca. Ao mesmo tempo, com um empenho brutal dos nossos pesquisadores e dos nossos técnicos das universidades, nós conseguimos botar o Ginga na área, e parece que não botamos nada. Nós conseguimos trabalhar com o *middleware*, que é um dos mais importantes do mundo, montado ali com poucos recursos. Estive, inclusive, em Barcelona, numa reunião, tratando desse tema. A Comunidade Europeia, no seu padrão europeu, estava investindo mais de US$500 milhões, e aqui, com menos de R$70 milhões, liderados pela universidade, pela PUC/Rio, com outras 30, 40 universidades brasileiras, nós conseguimos desenvolver um *middleware* capaz inclusive de ser uma boa ferramenta.

Então, como é que a gente faz esse debate de maneira a não entrar nessa história de ficar preso ao que o padrão de equipamento vai nos permitir? Para ter essa política industrial, eu preciso ganhar escala; para eu ganhar escala, eu preciso abrir outra vertente que vai ainda mais nos democratizar de maneira intensa. É a questão de conteúdo no Brasil. Portanto, esse é um fator preponderante. Ninguém melhor do que o rádio para espalhar, para capilarizar esse conteúdo. Portanto, é uma oportunidade.

O debate sobre a convergência, que tanto foi discutido na TV digital, a mobilidade, associada a essa coisa do celular nós não conseguimos botar na roda. Há pessoas que acham que não dá. Não dá por quê? Esse aqui é um receptor de rádio como outro qualquer, inclusive até mais sofisticado do que muitos receptores de rádio.

A minha primeira experiência com rádio – e não sou tão velho assim – foi montar o meu rádio “galenozinho”, quando tinha nove anos de idade, numa garrafa de *Q-boa* cortada ao meio, efetivamente fazendo a minha bobina ali. Eu tinha nove anos de idade quando fiz isso pela primeira vez.

Depois, Senador Aloysio, fui fazer um ensino a distância, que hoje chamamos de teleeducação. Eu fiz o Instituto Universal Brasileiro. Eu tinha nove anos. Eu pedia para o meu irmão mais velho: “Manda aí para o Instituto Universal Brasileiro, para os caras mandarem um negócio, umas cartilhazinhas para mim, para eu aprender aqui a distância”. Mandaram um multímetro e várias coisas. Com nove anos, eu tinha essas minhas experiências.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Daqui a pouco, vão dizer que você foi colaborador do Padre Landell de Moura.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – *(Risos.)* Pois é. Agora, eu fui aluno do pai do Raul Seixas. O velho Raul foi meu professor de eletrônica. Ele era um engenheiro. Naquela época, a gente não tinha formação nessa área de eletrônica e telecomunicações. Isso veio bem depois. O velho Raul era um engenheiro eletricista, que dedicou a sua vida à Leste Brasileiro. Portanto, especializou-se no ramo da eletrônica, da comunicação, e fez o desafio de migrar do telégrafo, que era muito utilizado na rede ferroviária, para uma estrutura mais avançada. Então, terminei aprendendo a me comunicar via telégrafo com o velho Raul.

Esse novo tempo exige outra questão. Portanto, daria tranquilamente para aproveitarmos esse rádio e usar para a nossa defesa civil, vincular isso aos nossos centros de emergência, montar uma rede de comunicação, inclusive com a capacidade de imunidade muito maior à invasão, portanto, com capacidade de buscar pelo menos isolamento, para não ser tão invadido em sua privacidade, e, ao mesmo tempo, ter a condição de cobrir essa questão de um País que tem problemas do ponto de vista estrutural e até da sua dimensão.

Então, essa discussão envolvendo equipamento, alinhamento, principalmente com o mundo – ora, se a gente não tem a possibilidade de fazer um alinhamento tão grande com outros países, vamos ver se conseguimos fazer aqui na América Latina, vamos ver se conseguimos dar um passo aqui –, esse debate é importantíssimo, até porque há outra virtude nesse novo tempo. Tudo o que estamos discutindo do ponto de vista de avanço tecnológico o mundo está permitindo que discutamos agora também.

Não estamos mais naquela fase em que a gente aqui só experimentava, Senador Zeze Perrela, o que desovava da indústria no mundo aí afora. Comecemos pelo celular, Senador Aloysio Nunes. Nós arremessávamos de lá para cá aquele tijolo da Motorolla. O nome do desgraçado era até PT-550, depois 950. Não sei por que arranjaram PT para colocar o nome naquilo! Era assim: o bicho era desse tamanho; parecia até um tijolo. O da Anec era até maior, exatamente desse tamanho no início. Então, hoje é diferente: a Samsung, a Apple, todo mundo lança o seu *smartphone* ao mesmo tempo em qualquer lugar do mundo e nós termos acesso aqui. Temos até diferença envolvendo a questão de preço ou coisa do gênero.

Então, o que se está discutindo sobre tecnologia para essa área do rádio está sendo possível, inclusive, a gente acompanhar. Agora, é preciso fazer isso, é preciso botar o dedo nessa ferida. Na minha opinião, essa não pode ser uma tarefa só da estrutura de Governo. Essa tarefa tem de envolver as partes todas, em todos os sentidos, desde quem opera através de Abert e outras associações até, inclusive, todo o povo que opera lá na rádio comunitária.

Então, um dos aspectos mais levantados como importante para essa questão da eficiência e da digitalização do espectro de frequência é que íamos ter a possibilidade de ampliar a nossa capacidade de oferta, inclusive de espectro, para surgimento de novos atores, sejam eles comunitários, sejam eles educativos, sejam eles inclusive públicos – a questão da radiodifusão pública –, seja até do ponto de vista comercial.

Assim, esse foi o modelo, pelo menos, vendido, debatido e anunciado. Então, é importante que, a partir dessa nossa realidade, a gente se encaixe nisso que está sendo discutido no mundo, porque, por mais que os caras tenham avançado, não vemos essa larga utilização, por exemplo, no solo americano. Estão utilizando uma tecnologia ali – México, Estados Unidos etc. –, mas não se tem isso numa escala, até porque há outro nível de padrão de consumo nos Estados Unidos.

Agora, nos Estados Unidos, usa-se muito rádio como fator dirigido: rádio para informação de trânsito, rádio para informação de defesa civil, distribuição no espectro de serviço, coisa que não temos aqui. Se tivéssemos isso, talvez, naquela tragédia na região serrana ou lá em Santa Catarina, teríamos evitado muito coisa. Haveria a possibilidade de saber o que está acontecendo alguns quilômetros à frente, para não ficar esperando, por exemplo, o cara da rádio falar alguma coisa a respeito do trânsito.

Então, é preciso haver faixas exclusivas para esse tipo de serviço, para serviço de saúde, para serviço de educação. Se eu quiser entrar numa rádio hoje, onde vou poder fazer ali o meu ensino a distância, o meu Instituto Universal Brasileiro com outro padrão de tecnologia, em tempo real, eu não tenho como fazer. No entanto, o que está na lei é que nós disponibilizaríamos parte inclusive desse sistema de comunicação para fazer essa questão da educação pública. Mas isso não existe. Hora nenhuma isso entra na roda, nem para você fazer a orientação inclusive do ponto de vista da agricultura. Por que nós não podemos ter essas coisas segmentadas?

Então, você vai abrir um modelo de negócio. Não estou falando que ninguém vai fazer isso de graça, por caridade. Vá lá e faça como negócio. Mas esse negócio tem de ser precedido, inclusive, dessa exigência das necessidades do povo brasileiro. Um sujeito que está num povoado qualquer na minha Xorroxó, na Bahia, não tem como fazer isso. Se ele está no meio do mato, na roça, cuidando de colher e plantar o feijão dele, qual é o problema de estar com o rádio pendurado no pé do ouvido e ouvir a informação, ter a possibilidade de sintonizar, de dizer: “Eu quero ouvir o que aconteceu em relação à dívida dos agricultores”? Ele vai saber disso onde? Qual é o segmento de rádio que pode dar essa informação? E se ele quiser uma informação sobre saúde? E se ele quiser uma informação sobre clima?

Então, é essa proeza que a tecnologia tem que trazer, e não o contrário. Eu apontar um padrão tecnológico, visualizar um equipamento e aí tomar a minha definição a partir disso está errado. A orientação é ao contrário. Quais são as minhas necessidades? Como é que eu posso utilizar esse novo espectro de frequência para permitir que o rádio cumpra o seu papel?

Muita gente diz que o rádio velho já foi embora. Não é verdade. Até aconselho muita gente a assistir a um filme muito interessante de Woody Allen chamado A Era do Rádio. Dêem uma olhadinha nele para ver como o rádio está cada vez mais frequente, repaginado.

Agora, é preciso que a gente pegue isso e mude para a interatividade. Quantas pessoas estão em casa e gostariam inclusive de usar o seu rádio para dizer: “Eu quero me comunicar”?

Então, é importante que este debate aqui, Senador Zeze Perrella, abra esse caminho para a gente dar uma provocada na esfera de Governo. Sei que podem dizer: “As coisas estão até andando, estão ali, estão acolá”. Mas elas estão andando num passo que não é o condizente com as necessidades, com as exigências e com o momento da sociedade brasileira. É preciso botar o dedo na ferida. Vamos lá. Vamos fazer os primeiros testes, vamos dar uma saída, vamos conversar com outros parceiros ou até atravessar o velho oceano, chegar ao outro lado e dizer: “Vamos ver aqui como a gente faz”.

Nós fizemos isso na escolha do padrão de telefonia no Brasil. Fizemos isto: adotamos, no primeiro momento, uma tecnologia que tinha escala no mundo. Foi isso que permitiu baratear o custo do aparelho, foi isso que permitiu baratear o custo da infraestrutura, foi isso que permitiu ampliar, ainda que com dificuldade, o atendimento via telefonia móvel no Brasil. Foi esta decisão: a de acertar num modelo que pudesse ganhar escala no mundo e efetivamente ter também a capacidade de enxergar que isso poderia chegar não só à mão daqueles que podiam pagar, mas, necessariamente, chegar a todos os cantos.

Acho que esse é que é o debate orientador dessa questão do rádio digital, digitalizado no seu espectro de frequência.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro. Esse conhece tudo.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ainda não. Estou esperando ver se sai alguma coisa de rádio para aprender mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A fala do Senador Walter Pinheiro nesses assuntos é imprescindível, porque ele faz esse diálogo muito apropriado com tudo o que acontece no momento, buscando as origens desses sistemas que vêm permitindo à humanidade se comunicar há muito tempo e que têm uma importância que não diminui na vida das pessoas.

Bom, essa questão da digitalização, esse desafio posto para os sistemas de rádio forçam a gente – principalmente a mim, que sou da Amazônia, do Acre – a fazer uma reflexão que se confunde com uma angústia porque, por exemplo, o Bráulio Ribeiro falou de Tabatinga dialogando com Colômbia. Ali é influência brasileira, com a língua portuguesa se propalando para os nossos vizinhos.

Nós vivemos uma situação absolutamente inversa no Município de Brasileia, no Acre. Lá nós temos uma rádio FM do Governo, da rede pública, com uma potência de 500 watts. Do lado, na cidade de Cobija, há pelo menos uma dezena de rádios, em frequência modulada também, com potência variada, de 1kW, 2kW, 5kW e tal. Nós temos uma invasão total do espanhol naquela comunidade. Detalhe, as pessoas, quando querem se comunicar, quando querem fazer um programa, os políticos atravessam o rio e vão para a Bolívia, contratam uma hora de rádio, duas horas e se comunicam, porque a gente não tem facilidade para ampliar essa potência, ao invés de ficar com...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Anibal, na última reunião que tive na OIT – o Ministro ainda era o Hélio Costa – com o Jorge Bittar, num dos debates sobre essa questão da evasão, Cuba reclamava, no fórum da UIT (União Internacional de Telecomunicações), em Genebra, que estava sendo invadida pelos Estados Unidos. O que os rádios e as tevês americanas estavam fazendo com a Ilha? Aumentavam a sua potência, direcionavam os seus canhões para a ilha e a rádio ou a tevê cubana não conseguiam, de forma nenhuma, comunicar em castelhano; o que se ouvia era o inglês vindo de Miami. Portanto, havia uma invasão direta. Não era nem espionagem, era invasão direta. Então, imagine isso na fronteira de que o Senhor está falando, no Acre ou, como experimentei, em Guajará-Mirim e em Guayará-Mirim, em Rondônia, onde é só atravessar uma ponte feita de madeira e, portanto, não há nenhuma dificuldade para a frequência atravessar!

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC)– Longe de nós a ideia de xenofobia, porque o intercâmbio cultural é muito rico. O que eu queria? Que as dez, doze, vinte rádios bolivianas com frequência de 5kW trouxessem as informações em espanhol para a gente. E eu queria que o nosso Governo tivesse a atitude de colocar também 5kW do lado do Brasil para que a gente possa partilhar em condições iguais, mas a burocracia é tanta para ampliar a potência que isso acaba não acontecendo, e também pela inviabilidade econômica, porque, como todo mundo sabe, como foi muito bem exposto, não se afirma enquanto negócio. Quem vai fazer investimento se não tem retorno?

Então, se há essa discussão, o Governo tem de trazer para si a responsabilidade, porque não se trata de um gasto qualquer, trata-se de um investimento em defesa da cultura nacional. Isso vale para Brasileia, no Acre, vale para Guajará-Mirim e para toda a nossa fronteira, que tem milhares de quilômetros e precisa de uma intervenção do Governo.

Outro aspecto que nos angustia é como a gente pode, chegando ao final do décimo primeiro ano do Governo do Partido dos Trabalhadores, ainda ter rádio comunitária sendo criminalizada? Como é que pode haver tanta dificuldade para se abrir um veículo de comunicação para os grupos comunitários, os grupos culturais, organizações sindicais, associações de interesses diversos da comunidade? Não podem se comunicar os jovens?

No caso do Acre, todas as escolas de segundo grau têm um auditório com o objetivo de incentivar o teatro, incentivar a música. E quando acontece um evento perguntam: “Por que não se transforma isso numa programação de rádio?” Onde está o rádio? Onde está a rádio comunitária? Onde está o acesso à rádio para que essas pessoas se expressem e consigam partilhar com o conjunto da sociedade os seus anseios, as suas inspirações, as suas visões de mundo, visões de realidade? E o interesse em partilhar todo esse conhecimento? Então, nesses aspectos todos a gente fica...

No meu caso, não tenho conhecimento técnico, tenho angústias. No que diz respeito ao financiamento do negócio, como é que pode a gente não ter uma política, sabendo que o Governo continua sendo o grande anunciante em todos os segmentos, para identificar onde estão os veículos de comunicação e fazer uma associação no sentido de investir, mas, em contrapartida, queremos a ampliação da potência, queremos a digitalização, que evolua tecnologicamente?

Na realidade, parece que o Governo está alheio, está como que embevecido com suas responsabilidades, mas não adota medidas concretas no sentido de chegar a esse nicho de radiodifusão, a fim de falar: “Vamos dar uma resposta que contemple, que possa mexer com tudo o que está acontecendo!”

Historicamente a rádio tem uma função fundamental. Por exemplo, um exemplo a mais, no caso do Acre e de toda a Amazônia, o sistema de rádio também foi utilizado durante anos para orientar a navegação aérea. Não havia outro sistema; era um sistema de rádio. O piloto decolava, sintonizava na rádio do Município aonde ele queria ir e se guiava pelo sistema de radiodifusão. Muitas vezes, pilotos perdidos se encontravam pelo sistema de radiodifusão.

Então, a importância da rádio lá nos seringais é grande, onde a gente tem uma realidade muito própria porque o rio comanda a vida. Uma pessoa, para fazer uma distância que, de avião, demoraria 20 minutos, meia hora, uma hora, pode demorar uma semana pelo rio. O Padre Paulino, por exemplo, em Sena Madureira, se vai fazer uma desobriga no rio Caeté e passa pela radiodifusora a orientação para os seus fiéis sobre os dias em que vai estar em cada comunidade, as pessoas ouvem pelo rádio. Só faz uma comunicação, e quando ele chega lá, Senador Pinheiro, todo mundo está esperando naquele dia certo para a missa, para os batizados, os casamentos e seguem à frente. Isso a rádio proporciona. Então, a rádio está presente lá naqueles rincões e pode estar presente também no congestionamento da grande São Paulo. As pessoas angustiadas, estressadas, com risco de briga, tiro e tudo ficam sintonizadas para ouvir notícia, ouvir a orientação de trânsito mais apropriada.

Então, um instrumento com tantas possibilidades de contribuição social não pode ficar na periferia das discussões estratégicas de governo. O Governo tem que trazer essa questão para a centralidade, para encontrar um caminho e fazer com que essas possibilidades todas se multipliquem ainda mais e as pessoas usufruam o máximo que puderem dessas tecnologias.

O meu sonho com a digitalização é que a gente resolva o velho problema do chiado das AMs, porque verdadeiramente, nos seringais, a gente só ouve AM, porque é a única que chega – a FM não chega aos seringais. Então a gente ouve AM, só que com muito chiado. Então quando chegamos à área urbana, ligamos o rádio e ouvimos o chiado, tiramos da AM, vamos para a FM.

Na realidade, a AM tem uma importância fundamental, tanto a onda tropical quanto a onda média. E se a digitalização vier para contribuir no sentido de dar mais qualidade ao áudio, vai ser muito bom para os nossos ouvintes mais distantes, que mais precisam dessa tecnologia.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vou passar a palavra aos nossos expositores para as suas considerações finais. Vou começar pela Monique.

**A SRª MONIQUE CRUVINEL BANDEIRA STRASSBURGER** – Bom, todas as colocações aqui realmente são extremamente importantes e precisam ser avaliadas. Nós, na rádio comercial, vemos a importância do negócio, mas não esquecemos também que existem todos os nossos parceiros nas rádios públicas e que todos os outros serviços prestados são importantíssimos para integrarmos o Brasil. O rádio foi o primeiro a integrar e agora esta sendo deixado um pouco de lado, mas ele não pode ser deixado de lado; ele tem que ser colocado no centro, para que possamos fazer uma comunicação eficiente, que possa chegar a todo o Brasil.

Se alguém tiver mais alguma dúvida e quiser enviar também, na apresentação não está o meu contato, mas é fácil: monique@abert.org.br. Podem me mandar *e-mails*. E fico à disposição para quem tiver perguntas depois que acabar a audiência, para alguma colocação.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Srª Monique.

Com a palavra o Sr. Bráulio.

**O SR. BRÁULIO RIBEIRO** – Bom, acho que o momento da audiência é muito oportuno, Senador Anibal. Foi muito oportuna a sua iniciativa de convocar esta audiência, porque de fato precisamos dar uma sacudida no nosso setor de rádio. O radiodifusor do rádio brasileiro está vivendo um momento de certa letargia; todos, de um modo geral. Eu tenho a sensação de que o radiodifusor de rádio, as pessoas que fazem rádio no Brasil, comercial, pública, privada ou comunitária...

O movimento comunitário eu colocaria numa situação diferente, porque a luta deles é muito grande e faz com que esse movimento esteja constantemente a postos. Como o Pedro colocou, o problema deles é muito anterior à questão da digitalização. Eles têm um problema com a legislação analógica, que é concreta e mobiliza esse setor. Mas o radiodifusor comercial e o radiodifusor público, que vão precisar fazer investimentos vultosos nesse processo da digitalização, estão todos meio sem saber mesmo para onde esse negócio vai caminhar. Há, inclusive, dúvida sobre se vai digitalizar o rádio; se ao rádio vai ser dada essa oportunidade ou talvez problema. Mas há uma dúvida sobre se o rádio será digitalizado.

Eu tive um relato recente do encontro em São Paulo, da feira que aconteceu na semana retrasada. Os relatos são assustadores do ponto de vista do rádio. Pouquíssimos expositores de equipamentos, de transmissor... A indústria está parada, não sabe o que fazer. Não sabe se produz transmissor analógico, se começa a produzir transmissor digital, se produz transmissor digital para HD Rádio, se produz transmissor digital para DRM. Não sabe o que vai fazer. A indústria está parada!

A indústria de receptor, que praticamente já desapareceu do Brasil – mas existem industriais com interesse nesse novo cenário, para entrar nesse novo mercado dos receptores digitais –, também está em suspenso. E o radiodifusor também não consegue avançar no seu papel. Qual é o papel do radiodifusor nesse novo cenário? É pensar a linguagem do rádio.

O Senador Walter coloca questões muito interessantes sobre a segmentação do rádio, porque antes de tudo, antes de ser FM, AM, ondas curtas, o rádio é uma linguagem, uma forma de chegar às pessoas. E o rádio evoluiu na sua linguagem, segmentou.

A Monique colocou uma questão muito interessante. Com a mudança da tecnologia, a AM foi se tornando aquela rádio mais falada, a FM foi se tornando a rádio mais musical. Isso tudo são mudanças sutis na linguagem do veículo, não na tecnologia. E com o rádio digital, haverá seguramente mudanças na linguagem do rádio.

Eu pergunto qual é a linguagem de um rádio, de uma emissora que está num celular e o ouvinte tem aqui três mil, cinco mil, dez mil opções de recepções de estação de rádio? Eu posso ouvir uma rádio da Argentina, eu posso ouvir todos os serviços em português que são feitos pelas rádios em Moscou, China, aqui nesse celular, e posso ouvir todas as rádios do Brasil aqui. Que linguagem do rádio se adapta aqui? Que linguagem do rádio se adapta à situação da Amazônia?

Eu também vivo muito essa experiência, Senador, porque fui, até bem pouco tempo atrás, gerente das rádios da EBC para a Amazônia: a Rádio Nacional da Amazônia em ondas curtas e a Rádio Nacional do Alto Solimões, em Tabatinga. Conheço muito bem o sistema de rádio lá do Acre. Aliás, confesso que tenho uma boa inveja do sistema de comunicação pública do Acre, porque só as rádios públicas lá são cerca de doze, as emissoras públicas entre FMs, AMs, ondas tropicais. Acho que é um dos Estados brasileiros com melhor infraestrutura de comunicação pública. Na região Amazônica, seguramente é o melhor sistema de comunicação e sei da importância dessa comunicação para a Amazônia. Inclusive participei da articulação que culminou, no ano passado, com a criação da Rede de Rádios Públicas da Amazônia, da qual a Difusora Acreana e a Aldeia FM também fazem parte. Então, qual é o rádio que vai falar para essas populações? Isso vai impactar na linguagem, e o desafio dos radiodifusores que estão sentados aqui nesta mesa é pensar qual o futuro da linguagem do rádio, do rádio como linguagem.

A tecnologia vai evoluindo. É inevitável, as coisas vão mudando. A FM foi um grande salto tecnológico há 30 anos, assim como o foi a AM para as ondas curtas. Da mesma forma, daqui para frente, virão novos desafios tecnológicos, mas o rádio, como linguagem, não vai desaparecer. Acho que o Governo...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A esse respeito, há uma curiosidade: a Difusora comemorou 60 anos de existência há pouco, há mais ou menos dois ou três anos e foi feito um documentário entre ouvintes de diferentes lugares do Acre. Ouviu-se um cidadão de um seringal de Rio Branco – não de um Município do interior – que, ao ser perguntado sobre o que lhe chamava a atenção nas transmissões da Difusora, disse que era a emoção dos jogos na Arena da Floresta e que o sonho dele era conhecê-la. Foi um negócio bastante emocionante, porque ele ficava imaginando o estádio sem nunca ter entrado nele. Isso só a rádio permite, porque a rádio fala de uma emoção, e cada um formula essa emoção na sua cabeça, do seu jeito. Então, é um veículo que consegue atender plenamente às expectativas das pessoas, porque cada um faz a sua expectativa de acordo com o que pensa a respeito daquilo.

**O SR. BRÁULIO RIBEIRO** – Eu costumo dizer que a televisão tem a tela, a internet e os novos meios têm a tela digital, e a tela do rádio é a cabeça do ouvinte, porque ali se passa um filme. Ouve-se o rádio, e o filme vai passando ali. Vê-se o locutor, dá-se uma cara para o locutor, um jeito. Enfim, acho que o desafio...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E o bom é que o rádio não decepciona.

**O SR. BRÁULIO RIBEIRO** – Jamais. São sempre bonitos os locutores...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Porque, na televisão, quando alguns locutores resolvem querer morar certas cenas que não convencem o telespectador, o cara diz: “Eu não estou vendo isso não!” Agora, na rádio, quando se é narrado, a pessoa projeta exatamente como ela quer conceber.

**O SR. BRÁULIO RIBEIRO** – Então, eu acho que o nosso desafio neste momento, Senadores, é realmente convergir os interesses do Governo, dos radiodifusores e do Congresso Nacional em torno desta premissa: o rádio brasileiro não pode desaparecer, o rádio brasileiro precisa sair deste momento fortalecido, mais coeso, com unidade, porque a linguagem a gente dá conta, vai fazer, mas as condições técnicas, de políticas e de financiamentos precisam estar garantidas para que seja possível o salto tecnológico, esse salto qualitativo no rádio.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra, o Sr. Octavio Penna Pieranti.

**O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI** – Vários que me sucederam e os Srs. Senadores apresentaram uma série de outras questões que, obviamente, são fundamentais, como, por exemplo, o modelo de negócio, papel social do rádio, o rádio como veículo de inclusão, política industrial. Agora, volto a ressaltar que condição absoluta para uma digitalização tranquila, razoável e factível é a questão da cobertura. Uma emissora comunitária, uma emissora educativa, uma emissora pública, uma emissora comercial que perde cobertura perde sua importância ou perde grande parte da sua importância.

Um meio, uma tecnologia ou um sistema que substitui outro ou que vise a substituir outro e represente, na verdade, uma exclusão perde sua importância. Um meio de comunicação como o rádio, que tem como característica fundamental o seu papel inclusivo, o seu papel de promover a universalização da comunicação no Brasil, não pode se dar o luxo de perder cobertura. É exatamente com essa expectativa que temos pensado nessa segunda bateria de testes.

Isso não significa deixar de discutir as outras questões; isso significa continuar discutindo as outras questões, e essas discussões ganham força a partir do momento em que atingirmos um nível mínimo de satisfação no que se refere à cobertura, no que se refere à possibilidade de continuar incluindo pelo rádio.

Concordo com o Bráulio quando ele chama a atenção para o silêncio do radiodifusor ou de grande parte dos radiodifusores. Discutia com ele, inclusive, o cenário de ondas curtas, que é um cenário certamente caro à Região Norte, por exemplo.

 Temos hoje uma visão muito comedida ou, talvez, uma visão muito simplificada desse cenário da radiodifusão em ondas curtas. Na verdade, a única emissora que tem batalhado pela digitalização das ondas curtas – pelo menos que é do meu conhecimento – é a Rádio Nacional da Amazônia. Falava com o Bráulio antes que é importante que as outras emissoras de ondas curtas se manifestem. Temos casos de emissoras de ondas curtas, de entidades que operavam esse serviço que recentemente devolveram as suas outorgas, que já manifestaram ao Ministério das Comunicações o interesse de devolver a outorga. É fundamental que esse setor apareça, é fundamental que esses radiodifusores públicos, comerciais e educativos apareçam e se manifestem, assim como é importante que os radiodifusores e que a imensa maioria da nossa sociedade que ainda não conseguiram ter certeza de que é fundamental digitalizar tenham essa certeza. E a certeza só nós, Governo, Parlamento, radiofusores e os próprios sistemas conseguiremos dar. É fundamental que a gente consiga apresentar, de forma clara, quais são os benefícios do rádio digital para o País.

Aproveitando um gancho do Senador Walter Pinheiro sobre o desafio da digitalização da televisão, em 2006 existia – na verdade, existe hoje – um cenário de mais ou menos 500 geradoras e mais ou menos 10 mil retransmissoras, em números gerais, não sendo exatamente preciso. Mas a imensa maioria desse cenário em 2006 era composta de redes privadas. A EBC não existia, as articulações que diziam respeito, digamos, à televisão pública eram mais ou menos ligadas ou à TV Educativa, do Rio de Janeiro, ou à TV Cultura, de São Paulo, e eram emissoras vinculadas a governos. E governos têm essas possibilidades orçamentárias para uma digitalização; se menores ou maiores, dependem das circunstâncias, mas existem recursos públicos que podem ser usados para esse fim.

Hoje, quando se fala em digitalização do rádio, estamos falando de um cenário em que metade das outorgas é detida por associações comunitárias sem fins lucrativos, que são as rádios comunitárias ou que mantêm as rádios comunitárias. A outra metade é divida por rádios comerciais, seja na faixa de FM ou na faixa de AM, e um pequeno número de emissoras educativas. Então, é um cenário que oferece muito mais desafios, que dificulta muito mais o avanço dessa política de digitalização, porém não a inviabiliza.

É fundamental que a gente pense em um modelo, em um sistema que seja não apenas barato como também ofereça as condições necessárias – técnicas e político-sociais – para esse segmento amplo da radiodifusão comunitária em todo o País.

Em toda audiência sobre radiodifusão, pelo menos em todas das quais eu participo, surge a questão da radiodifusão comunitária, e eu costumo dizer que só será possível avançar nas grandes questões estruturais sobre radiodifusão comunitária quando houver mudança na legislação da radiodifusão comunitária. O último levantamento que eu fiz dava conta de 39 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre esse tema. É claro que o Congresso Nacional, Senado e Câmara dos Deputados, tem um papel crucial na rediscussão desse serviço e no enfrentamento das questões estruturais, que são legítimas e que estão claramente colocadas.

Fecho apenas, só por uma questão de correção: Pedro, você citou um processo específico, e eu pedi para checarem. Não há, pelo menos que a gente saiba, nenhum registro sobre processo perdido. Qualquer dúvida pode ser encaminhada para o Ministério das Comunicações ou a gente pode conversar.

Eu fecho a minha apresentação agradecendo, mais uma vez, o convite do Senado Federal, parabenizando o Senador Anibal pela convocação desta audiência pública e colocando o Ministério das Comunicações à disposição, caso ainda persistam – e certamente elas persistem – dúvidas acerca do processo de rádio digital no País.

 Lembro também que todas reuniões do Conselho Consultivo do Rádio Digital são abertas, seja para representantes de entidades, seja para pessoas físicas que tenham interesse de acompanhar este debate.

Muito obrigado.

Fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Sr. Octavio.

Com a palavra, o Sr. André Felipe Seixas.

**O SR.** **ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE** – Muito obrigado, Sr. Senador.

Voltando ao que foi abordado pelo Senador Walter Pinheiro, no momento da digitalização da tevê, temos várias incertezas. Não sabemos como vai ser resolvida a questão da interferência, o quão prejudicial ela vai ser, há um *switch-off* que está previsto para 2016 e, agora, 2015 a 2018, o radiodifusor não tem ideia. Esse cenário de incertezas por que a digitalização da TV está passando o radiodifusor sonoro não tem condições de suportar.

O radiodifusor sonoro tem a ciência de que seu processo de SimulCache, a transmissão analógica e digital será um processo mais árduo e que a substituição dos aparelhos, dos equipamentos, tanto os receptores domésticos quanto os automotivos, será um processo demorado. Mas é necessário uma política bem definida.

Além do problema da cobertura, a ausência de uma política definida sobre como será feito o processo é o que dá bastante medo ao radiodifusor.

Com relação ao modelo japonês, as últimas notícias que eu tenho é de que nem o próprio Japão adotou seu modelo. Para nós, radiodifusores, seria, inclusive, interessante a adoção do modelo japonês se ele fosse viável, pois poderíamos vislumbrar um cenário de convergência da TV e do rádio, com possibilidade de desenvolver uma interatividade comum tanto a TV quanto a rádio. Seria um cenário maravilhoso para a gente, o melhor dos mundos. Mas, infelizmente, não foi possível.

Com relação ao caso citado de Brasileia e Cobija, é um cenário muito interessante. Lembro que, há cinco anos, eu trabalhava numa operadora de telefonia e tive problema exatamente com Brasileia e Cobija, porque o sinal de telefonia móvel de Cobija invadia Brasileia e o de Brasileia invadia Cobija e os acreanos estavam tendo de pagar *roaming* internacional porque estavam entrando na rede estrangeira. Esse problema de interferência que está ocorrendo na Bolívia e no Acre também ocorre bastante na fronteira do Sul com o Paraguai, com a Argentina e com Uruguai. Só que a Anatel, nesse caso, dialoga com o órgão regulador do outro país de modo que o sinal seja confinado.

O Brasil está certo em não deixar o sinal invadir outro país. A Bolívia que está errada, permitindo uma potência elevada que está ferindo o limite territorial. Então, acho que seria necessário, em um caso como esse, uma atuação da Anatel. De modo que, é interessante a população de Brasileia ter a possibilidade de ouvir em espanhol, mas a falta de possibilidade de ouvir em português devido à invasão de sinal é algo bastante preocupante, inclusive culturalmente, para a gente.

Em relação ao que foi abordado pelo ilustre Senador Anibal sobre a redução do chiado no AM, a digitalização tanto no DRM quanto no HD Radio possibilitaria o fim do chiado. A qualidade do áudio seria igual à de um CD. O principal problema, especialmente na região do senhor, é que...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Chega a um por zero...

**O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE** – O desafio seria fazer o radiodifusor digitalizar. É que o custo seria muito elevado. Seria necessário financiamento público, subsídio, redução de impostos, uma política bem agressiva, principalmente para o radiodifusor da Região Norte e do Nordeste, como é o caso da Bahia, em que a rádio AM é muito importante.

Outra coisa é fazer o receptor chegar. É importante que a informação de que o rádio digital oferece uma melhor qualidade chegue ao habitante do interior do Acre, do interior da Bahia e de todos os rincões do Brasil, de modo que ele sinta que vai ter uma qualidade, que vai ganhar bastante com a digitalização.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E em relação a distância? O sistema AM permite chegar aos locais mais distantes. Com a digitalização, vai se manter com essa lógica?

**O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE** – Seria possível manter a mesma área de cobertura do AM, sim, porque, com a digitalização tanto do AM quanto do FM, as emissoras vão gastar uma potência muito menor.

É possível realizar um estudo de ajuste de potência de modo que garanta uma área de cobertura. Isso é possível tanto com HD Rádio quanto com DRM, mas é necessário um estudo de viabilização.

Como a situação de espectro na região do senhor é menos saturada, a possibilidade de interferência com uma rádio adjacente é muito menor, por exemplo, do que na região de São Paulo. Então, um ajuste de potência pode, inclusive, garantir uma cobertura maior do que a atual. A gente precisa fazer um estudo dos parâmetros e alguns ajustes em parâmetros físicos e lógicos de forma que possa prover uma cobertura, mas isso é altamente possível e altamente factível, Senador. No mais...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a mudança para o digital todos os sistemas precisarão ser trocados, os transmissores, antenas, tudo, não é?

**O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE** – No caso, se a rádio tiver um transmissor recente em estado final sólido, possivelmente só vai ter que comprar um equipamento chamado excitador, mas o excitador é uma peça um pouquinho cara, em torno de R$30 mil, R$25 mil. Agora, se ela estiver naquela situação: com transmissor com mais de dez anos ou até vinte anos, possivelmente vai ter que trocar boa parte do sistema irradiante, vai ter um custo muito mais alto e, às vezes, até a própria produção num formato muito antigo deva ser adaptada, de modo que, para ter a possibilidade de prover com um sinal com uma cobertura boa e com uma qualidade boa, você também terá de produzir um sinal com qualidade. Então, talvez seja necessário a algumas rádios fazer investimento na produção de conteúdo também.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais uma dúvida: nosso transmissor de onda tropical, o seu sistema irradiante ocupa uma área muito grande; não tanto a torre, mas o espaço terrestre é muito grande. Com a digitalização, vai ser necessária a manutenção desse sistema ou vai haver um processo específico de irradiação diferenciado?

**O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE** – Com relação a ondas tropicais, não saberia responder, porque desconheço atualmente a necessidade física para a montagem de uma estação em onda tropical. Não saberia responder, Senador. Sinto muito, mas vou buscar a informação, de modo que possa entregar para o seu gabinete essa resposta.

**O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI** – Senador, só dois pontos específicos. O senhor perguntou sobre o transmissor. Agora, o receptor terá de ser trocado, quer dizer, o receptor analógico, o radinho do cidadão terá de ser trocado para que ele possa captar as emissoras com sinal digital ou pelo menos a maioria dos receptores brasileiros.

Especificamente em relação a ondas tropicais, nenhuma emissora, ainda que atue nessa faixa, manifestou interesse na digitalização. Pelo menos, o Ministério das Comunicações não recebeu nenhum tipo de manifestação de nenhuma emissora que atue em ondas tropicais. Então, não temos estudado essa possibilidade por falta de interesse, por desinteresse das próprias emissoras.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Perfeito.

**O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE** – Mesmo que haja uma emissora que venha a se manifestar, nós vamos ter que exaurir os testes também, de modo que possa o custo que vai ter a digitalização trazer os benefícios necessários.

Srs. Senadores, Senador Zeze Perrella, agradeço muito a oportunidade em nome da Associação Brasileira de Rádio e Televisão. Estaremos sempre dispostos, nesta Comissão ou em qualquer outra comissão desta Casa, a ajudar no crescimento do setor de radiodifusão e ajudar no crescimento do Brasil como um todo.

Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT - MG) – Obrigado, Dr. André.

Vamos passar a palavra ao Sr. Pedro Martins para suas considerações.

**O SR. PEDRO MARTINS** – Vou tentar ser breve, até porque me falaram que parece que o Senador tem outra reunião.

Eu queria começar por uma parte que o Senador Walter Pinheiro colocou e que o Bráulio citou primeiro. Realmente as rádios comunitárias estão sempre a postos, mesmo porque, na verdade, é uma luta por sobrevivência o que as rádios comunitárias vivem diante do cenário legal que a gente tem no Brasil para essas rádios. Então, é uma discussão, para a gente, muito cara, porque a limitação de potência, de sustentabilidade, de alcance, de tudo isso nos coloca sempre numa posição de estar buscando algum espaço que não nos é dado. Inclusive, o Octavio colocou aqui a questão das outorgas, que metade das outorgas são de rádios comunitárias, mas isso não se reflete na questão de alcance necessariamente. Na questão de espectro, a gente não vê ainda uma democratização nesse sentido.

Aí fica claro, acho, até complementando o que o Octavio falou, que quem perde cobertura perde importância. Então, quem tem pouca cobertura também tem pouca importância. Então, nesse cenário, acho que é hora de o Governo, o Estado brasileiro dar mais importância a esse ator que é a rádio comunitária, que é um ator fundamental de integração social, de divulgação de novas vozes, de debate democrático de espaço.

Muitas vezes as pessoas acham que fazer rádio, fazer comunicação é algo para alguns iluminados, para profissionais cristalizados, formados, muito bem formados, algo extremamente técnico. Mas quando você põe uma rádio comunitária no ar, vê que novas linguagens surgem, novas formas de se comunicar aparecem dali. Eu acho que até por isso a Amarc trabalha mundialmente com um conceito de comunidade que não é um conceito de localidade, mas um conceito de comunidade de interesses. Acho que esse é o grande limitador, porque a lei brasileira já parte de uma premissa errada do conceito de comunidade e coloca inclusive a potência e o alcance restritos a uma questão local. A gente acha que isso deveria ser debatido de acordo com a necessidade de cada comunidade e não restringir legalmente já esse alcance.

Com relação ao que o Senador Walter Pinheiro falou, acho que é muito importante termos ciência de que se a gente não colocar na frente debate político, econômico e social para discussão da rádio digital, de um novo modelo tecnológico, vamos simplesmente mudar para um novo padrão tecnológico, mantendo a mesma configuração, os mesmos atores, o mesmo modelo concentrador que a gente encontra no Brasil atualmente.

Então, é fundamental. Conseguimos ver poucos avanços ultimamente – o avanço no setor público de radiodifusão, da EBC, acho que foi um avanço importante na comunicação –, mas é importante haver políticas públicas para garantir esse avanço, principalmente nesse setor que não está vinculado a uma visão de lucro, a uma visão comercial, que não teria, por exemplo, numa transferência tecnológica, dificuldades de conseguir esses equipamentos. É preciso que o Governo dialogue também nesse sentido de garantia, de que não vai haver uma limitação econômica no acesso a transmissores, a equipamentos necessários para transmissão dos radiocomunicadores comunitários.

É importante haver uma discussão sobre o modelo de sustentabilidade das rádios comunitárias, que hoje é algo extremamente precário. Acho que é importante, na discussão de comunicação, inclusive, a gente discutir regulamentação de publicidade como uma forma de fomentar a comunicação.

Ano passado, por exemplo, a gente fez um levantamento de que 75% da publicidade da Administração Direta do Governo brasileiro foi para dez empresas de comunicação. É necessário desconcentrar nesse sentido também, porque, como foi dito aqui, o Governo, o Estado ainda é um grande financiador através de publicidade e pode ser através do apoio cultural às rádios comunitárias. Então, é importante que a gente faça essa discussão também para garantir isso, senão a gente pode mudar para um modelo digital, condenando um setor social importante à morte no nosso País, um setor que é importante no cenário brasileiro, que tem sua importância no cenário mundial. Em diversos países a rádio comunitária tem protagonismo social, e em diversas localidades do Brasil somente a rádio comunitária é ouvida.

Então, é importante que a gente garanta que esses comunicadores terão direito à voz e que tenhamos uma política que não seja mera e simplesmente a de ver o Estado como um executor de políticas públicas, como atualmente, com a função de regular, através das agências de regulação, e de punir principalmente. Uma multa de R$5 mil para uma rádio comunitária pode significar o seu fim. A gente sabe que muitas não têm nenhuma forma de sustentabilidade, de arrecadação.

Então, é preciso que a gente veja a questão nesse sentido de fomentar, criar um terreno para que esse ator tão importante no cenário da comunicação brasileira, no cenário da democratização da comunicação seja garantido e tenha o seu espaço ampliado, tendo em vista que hoje é sistematicamente reprimido. A gente vê que ainda há uma diferenciação de política no olhar à rádio comunitária e a setores comerciais. Recentemente, parece que em junho, se não me engano, foram legalizadas 4,5 mil TVs comerciais, retransmissoras que estavam ilegais foram legalizadas porque...

**O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI** – Não é verdade.

**A SRª MONIQUE CRUVINEL BANDEIRA STRASSBURGER** – Isso não existe.

**O SR. PEDRO MARTINS** – Isso foi noticiado.

Bom, mas há um tratamento diferenciado. Rádios comunitárias são tratadas com Polícia Federal, Anatel, apreensão dos seus transmissores, e outros veículos não são tratados dessa forma. É preciso uma isonomia de tratamento mínima e uma responsabilidade, uma tentativa de buscar ver aquelas rádios também como um ator importante e tentar legalizá-las, não simplesmente reprimi-las.

O Octavio presenciou no Ceará ano passado uma rádio no interior do Ceará que está há nove anos buscando sua legalização, uma associação, se não me engano, do Município de Lapa, no interior do Ceará. Eles falaram que só colocariam a rádio no ar quando o processo fosse finalizado. Não tenho notícia ainda de se o processo foi finalizado, não sei precisar. Mas, realmente, nove anos já era um tempo bastante grande. Espero que eles tenham conseguido, porque esta é a grande dificuldade da rádio comunitária hoje: ou a rádio pratica uma desobediência civil e se coloca no ar durante o processo, mesmo sem a legalização definitiva, sem a outorga definitiva, ou espera um processo que, muitas vezes, pode durar nove anos, pode durar quinze anos, como o da Coité. Espero que a informação que eu obtive tenha sido errada mesmo, que não se tenha perdido. Mas foi feito há quinze anos, desde 1998, o pedido de outorga.

Então, a gente espera que esses atores tenham a garantia do seu direito e principalmente uma ampliação, porque o que ocorre hoje no Brasil, na verdade, é um cerceamento na expressão, na liberdade de expressão desses atores.

Eu queria colocar, por fim, que a Amarc está à disposição. A gente vem dialogando constantemente com o Ministério das Comunicações, que tem sido convidado inclusive para os nossos eventos – e participaram do último evento que a gente fez num seminário em Belém do Pará. Estamos disponíveis para discutir com qualquer órgão governamental, o Congresso, o Senado, a Câmara, e com os demais Ministérios – também dialogamos com o Ministério da Cultura. E estamos sempre disponíveis para qualquer chamado da Comissão, para qualquer esclarecimento ou posicionamento da Amarc também.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem.

Eu queira agradecer aos nossos expositores. Foram importantes essas exposições, que serviram para nos balizar para que possamos entender um pouquinho mais o assunto, apesar de contarmos com um grande professor aqui, senhores, que é o Walter Pinheiro, mas estamos sempre aprendendo.

Obrigado a vocês pela oportunidade.

Quero dizer que esta nossa Comissão está sempre aberta também para sugestões. Eu costumo dizer que é ouvindo vocês que costumamos fazer as leis que realmente atendam aos anseios da população.

Obviamente, cada um dos Senadores tem a sua – entre aspas – “especialidade”, cada um é oriundo de um meio, mas é com essas audiências públicas que aprendemos muito. É ouvindo vocês, que são especialistas nesses assuntos, que aprendemos. A partir desses debates, podemos realmente caminhar e evoluir para fazer uma legislação que realmente atenda aos interesses do povo brasileiro.

Há um ponto que o Pedro colocou bem. Acho que nós temos que olhar muito isto: a descriminalização dessas rádios comunitárias. Realmente, o Brasil – esta informação eu obtive agora – é um dos poucos países onde isso ainda não ocorre. Há de se repensar isso. Esse é o nosso papel como Congresso Nacional, como Senadores.

Obrigado a vocês pela oportunidade. Obrigado aos Srs. Senadores.

Não havendo mais nada a tratar...

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Quero só convidar o Senador Walter Pinheiro para a gente fazer uma foto com os nossos convidados.

**O SR. PRESIDENTE** (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Está bom.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 08 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)